



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Salvador, março de 2014



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU n.º 133/2013.

Salvador, março de 2014

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ADAB - Agencia de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia
AGE - Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do MAPA
ALP - rea Livre de Pragas
APOIOAGRIC1 - Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas
APOIOPEC1 - Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias
APRODUTOR - Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário
ATIVOS - Administração da Unidade (PI - AMDMINISTRA)
CAPACITA1 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
CEACON - Centro de Apoio Operacional s Promotorias de Justiça do Consumidor
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERTORGAN1 - Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica
CGAP – Coordenação Geral de Administração de Pessoas
CGPLAN - Coordenação Geral de Planejamento e Gestão
CGU - Controladoria Geral da União
CIPF - Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária
DAD - Divisão de Apoio Administrativo
DDA - Divisão de Defesa Agropecuária
DESENG - Desenvolvimento da agricultura orgânica
DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
EEB - Encefalopatia Espongiforme Bovina
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FEBREAFTOS - Erradicação da febre aftosa
FFA - Fiscal Federal Agropecuário
FISAGROTOX - Fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins
FISCAGRIC1 - Fiscalização de serviços agrícolas
FISCALSEM1 - Fiscalização de sementes e mudas
FISCANIMAL2 - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos
FISCGENE - Fiscalização de material genético para multiplicação animal
FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISCONTRATO - Fiscalização de contratos de repasse
FISCORGEN - Fiscalização das atividades com organismo geneticamente modificado
FISCPLANTA2 - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos
FISFECOI - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
FISPROVET1 - Fiscalização de produtos de uso veterinário
IG - Indicação Geográfica
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
IN - Instrução Normativa
INATPENS1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
INDIGRAF - Fomento  indicação geográfica de produtos agropecuários
INSPANIMAL3 - Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal
IPVEGETAL2 - Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal
LOA - Lei Orçamentária Anual
LANAGRO – Laboratório Nacional Agropecuário
MANUTSDC - Manutenção da SDC
MANUTSFAS - Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL - O Mercado Comum do Sul
MISSOES2 - Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais
MPE - Ministério Público Estadual

MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
OEDSV - Organização Estadual de Defesa Sanitária Vegetal
PADCLASSIF - Padronização e classificação de produtos vegetais
PCEANIMAL - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais
PCEVEGETAL - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais
PI - Plano Interno
PI's - Planos Internos
POA - Plano Operativo Anual
PPA - Plano Plurianual
REGENAGRO - Fomento à conservação e ao uso sustentável de recursos genéticos para agric. e alimentação
SAG - Seção de Atividades Gerais
SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação
SCC - Setor de Compras e Contratos
SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotivos –
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SE - Secretaria Executiva
SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SEOF - Serviço de Execução Orçamentária e Financeira
SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento
SeSAG - Seção de Suporte Agropecuário
SFA/BA - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SGP - Serviço de Gestão de Pessoas
SIAFI - Sistema de Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Convênios e Contrato de Repasse
SIE - Serviço de Inspeção Estadual
SIF - Serviço de Inspeção Federal
SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SMAP - Setor de Manutenção Predial
SMP - Setor de Material e Patrimônio
SPR - Setor de Protocolo
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SPAÉ – Secretaria de Produção e Agronegia
SSA - Serviço de Saúde Animal
SSV - Serviço de Sanidade Vegetal
SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
SRTE/BA – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia
STR - Setor de Transporte
SUASA - Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal
SVA - Serviço de Vigilância Agropecuária
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia Da Informação
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
UTR - Unidades Técnicas Regionais
UTRA - Unidades Técnicas Regionais de Agricultura
UVAGRO - Unidades de Vigilância Agropecuária
VIGIAGRO - Vigilância Internacional Agropecuária
VIGIFITO1 -Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES

Título	Página
Quadro 01 (A.1.1.1). Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	
Quadro 02 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação VIGIFITO13	
Quadro 03 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação PCEVEGTAL13	
Quadro 04 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FEBREAFTO13	
Quadro 05 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação PCEANIMAL13	
Quadro 06 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação VIGIAGRO13	
Quadro 07 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISAGROT13	
Quadro 08 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISFECOI13	
Quadro 09 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCALSEM13	
Quadro 10 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCORGEN13	
Quadro 11 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCGENE13	
Quadro 12 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCINAN13	
Quadro 13 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISPROVET13	
Quadro 14 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação INPANIMAL13	
Quadro 15 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação IPVEGETAL13	
Quadro 16 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação PADCLASSI13	
Quadro 17 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação MANUTSFAS13	
Quadro 18 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação CERTORGAN13	
Quadro 19 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação DESENORG13	
Quadro 20 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCAGRIC13	
Quadro 21. Desempenho Operacional da SFA/BA - Resumo	
Quadro 22 (A.3.2). Avaliação do sistema de controles internos da UJ	
Quadro 23 (A.4.1.2.1). Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa	
Quadro 24 (A.4.1.2.2). Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa	
Quadro 25 (A.4.1.3.5). Despesas por modalidade de contratação - Créditos de movimentação	
Quadro 26 (A.4.1.3.6). Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação	
Quadro 27 (A.4.2). Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	
Quadro 28 (A.4.3). Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores (em R\$ 1.00)	
Quadro 29 (A.4.4.1). Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	
Quadro 30 (A.4.4.2). Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	
Quadro 31 (A.4.4.3). Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade	
Quadro 32 (A.4.4.4). Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	
Quadro 33 (A.4.5.1). Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito	
Quadro 34 (A.4.5.2). Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por UG e por suprido (conta tipo	
Quadro 35 (A.4.5.3). Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador	
Quadro 36 (A.4.5.4). Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF)	
Quadro 37 (A.5.1.1.1). Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	
Quadro 38 (A.5.1.1.2). Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	
Quadro 39 (A.5.1.2.1). Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	
Quadro 40 (A.5.1.2.2). Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (situação em 31/12)	
Quadro 41 (A.5.1.2.3). Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	
Quadro 42 (A.5.1.3). Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	
Quadro 43 (A.5.1.4.1). Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	
Quadro 44 (A.5.1.4.2). Instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12	
Quadro 45 (A.5.1.5.1). Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)	
Quadro 46 (A.5.1.5.2). Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)	
Quadro 47 (A.5.1.5.3). Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	
Quadro 48 (A.5.1.5.4). Atos sujeitos à remessa física ao TCU (art. 14 da IN TCU 55/2007)	
Quadro 49 (A.5.2.1). Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ	
Quadro 50 (A.5.2.2). Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para	
Quadro 51 (A.5.2.3). Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	
Quadro 52 (A.5.2.4). Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	
Quadro 53 (A.5.2.6). Composição do quadro de estagiários	
Quadro 54 (A.6.2.1). Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	
Quadro 55 (A.6.2.2). Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.	
Quadro 56 (A.6.2.3). Discriminação de imóveis funcionais da união sob responsabilidade da UJ	
Quadro 57 (A.6.3). Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	
Quadro 58 (A.7.1). Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada	
Quadro 59 (A.8.1). Gestão ambiental e licitações sustentáveis	
Quadro 60 (A.8.2). Consumo de papel, energia elétrica e água	
Quadro 61 (A.9.1.1). Deliberações do TCU atendidas no exercício	
Quadro 62 (A.9.1.2). Situação das deliberações do TCU que ficaram pendentes de atendimento no exercício	
Quadro 63 (A.9.2.1). Relatório das recomendações do OCI	
Quadro 64 (A.9.2.2). Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento	
Quadro 65 (A.9.4.1). Demonst.do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrig. de entregar DBR	
Quadro 66 (A.9.5). Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013	
Quadro 67 (A.9.6). Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	
Quadro 68 (A.11.2.2). Declaração contábil com ressalva	
Quadro 69 Recolhimento de Multas	

SUMÁRIO

Título	Página
INTRODUÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	11
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	12
1.3. Organograma Funcional da Unidade	12
1.4. Macroprocessos Finalísticos	14
1.5. Macroprocessos de Apoio	14
1.6. Principais Parceiros	14
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	15
2.1. Planejamento da Unidade	15
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	15
2.2.1. Programa Temático	15
2.2.2. Objetivo	16
2.2.3. Ações	16
2.2.3.1. Ações - OFSS.....	16
2.2.3.2. Análise Situacional	30
2.3. Informações sobre outros resultados da gestão	31
2.3.1. Indicadores.....	35
2.3.1.1. Indicador de Eficácia	35
2.3.1.2. Indicador de Eficiência	37
2.3.1.3. Indicador de Efetividade	39
2.3.1.4. Indicador de Economicidade.....	41
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	42
3.1. Estrutura de Governança	42
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	42
3.3. Remuneração Paga a Administradores	43
3.4. Sistema de Correição	43
3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	44
3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	44
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	44
4.1. Execução das despesas	44
4.1.1. Programação	44
4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa	44
4.1.3. Realização da Despesa.....	45
4.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	45
4.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	45
4.1.3.3. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	46
4.1.3.4. Análise crítica da realização da despesa.....	47

4.2. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	47
4.2.1. Análise Crítica	48
4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	49
4.3.1. Análise Crítica	49
4.4. Transferências de Recursos.....	49
4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	49
4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	50
4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de epasse.....	50
4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	51
4.4.5. Análise Crítica	51
4.5. Suprimento de Fundos	52
4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	52
4.5.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	52
4.5.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	53
4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	53
4.5.5. Análise Crítica	53
4.6. Renúncias sob a Gestão da UJ.....	54
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	55
5.1. Estrutura de pessoal da unidade.....	55
5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	55
5.1.1.1. Lotação.....	55
5.1.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada	55
5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	56
5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções	56
5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	56
5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo Escolaridade.....	57
5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	57
5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	58
5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	58
5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	58
5.1.5. Cadastramento no Sisac	59
5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	59
5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	59
5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	59
5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	60
5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	60
5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	60
5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	60
5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	60
5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	60

5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	60
5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	60
5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	60
5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	62
5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	62
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	62
6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	62
6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário	63
6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	63
6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	64
6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	665
6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	66
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	66
7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	66
7.1.1. Análise Crítica	68
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..	68
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	68
8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	70
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	71
9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	71
9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	71
9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	71
9.2. Tratamento de Recomendações do OCI.....	72
9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	72
9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	73
9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	73
9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	73
9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	73
9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações	74
9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	74
9.6. Alimentação SIASG E SICONV	74
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	74
10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade	74
10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes.....	75
10.3. Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião	75
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	75
11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	75
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	75
11.2.1. Declaração com Ressalva	75

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	76
12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	76
13. INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DO MAPA.....	76
14. APLICAÇÃO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS.....	77
15. RESULTADOS E CONCLUSÕES	78

INTRODUÇÃO

O cidadão e a sociedade são os alvos prioritários e a razão de ser das organizações públicas. Neste sentido, elas devem buscar a eficiência e a efetividade de suas ações, assim como as empresas privadas, pois a sociedade, como acionista maior do setor público, demanda a melhoria de políticas e serviços, objetivando trazer benefícios para todos. Para tanto, a estratégia do MAPA está sintetizada em um mapa estratégico, que é a representação gráfica dos desafios a serem superados pelo Ministério para a consecução da sua Visão de Futuro para 2015 – “Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”, e, realização da sua missão institucional – “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

Como unidade descentralizada desse Ministério, a Superintendência Federal da Agricultura na Bahia é responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2012-2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no estado da Bahia. E, nesse sentido, vem também se empenhando na implementação do plano estratégico do MAPA e no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações abrange todas as regiões do estado da Bahia; nessas regiões, o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandam uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência é fundamental. Sendo, este Relatório de Gestão, um esforço no sentido de apresentar as realizações exigidas por este setor produtivo no exercício de 2013, elaborado em conformidade com as normas expedidas pelos órgãos de controle.

O conteúdo do documento está de acordo com as determinações estabelecidas pelo TCU através da Decisão Normativa nº 127/2013, e atende as exigências contidas nas Partes A e B do Anexo II, conforme está relacionado no item “b” do Quadro A1. Na elaboração do texto foi observada a sequência recomendada nas disposições contidas na Portaria TCU nº 175/2013, entretanto, apenas estejam sendo relatados os itens que se aplicam a esta SFA/BA.

Alguns itens do conteúdo estabelecido pelo TCU, no Anexo II da Decisão Normativa nº 127/2013, não se aplicam à SFA/BA: 2.2.1. Programa Temático; 2.2.2. Objetivo; 3.1. Estrutura de Governança; 3.3. Remuneração Paga a Administradores; 4.1.1. Programação; 4.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total e; 4.6. Renúncias sob a Gestão da UJ.

Com relação ao item 20 da Parte B do Anexo II, suas informações estarão consolidadas no Relatório de Gestão da Sede, sendo aqui mostrado apenas o que se referir ao trabalho da Superintendência.

Principais realizações da gestão no exercício.

No SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, destacamos: a classificação da qualidade vegetal de grãos como feijão, arroz, café, milho, soja, cacau, etc.; a fiscalização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, tanto na produção industrial interna, como também na aferição da qualidade dos produtos importados, a exemplo do vinho, conhaque, uísque, cachaça, aguardente, sucos, polpas de fruta e água de coco e; no Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, a fiscalização em produtos vegetais suspeitos de contaminação.

No SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, destacamos a fiscalização dos produtos para alimentação animal, visando assegurar a conformidade dos alimentos e matérias primas, minimizando os riscos para o criador atingir o desempenho esperado nos resultados da produção e produtividade. No SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas, destacamos a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e de sementes e mudas, tão importante para garantir a conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola. No Serviço de Vigilância Agropecuária - SVA e nas Unidades de Vigilância Agropecuária - UVAGRO, ressaltamos a grande importância da fiscalização exercida, nas atividades de exportação e importação dos produtos vegetais e das embalagens de madeira, nos portos e aeroportos do Estado, fundamentada na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal e objetivando preservar a sanidade e a qualidade dos produtos e insumos agropecuários em trânsito.

No SSV - Serviço de Sanidade Vegetal, dentre os resultados positivos podemos destacar: o Programa de Monitoramento de Moscas-das-Frutas nas regiões de Juazeiro, Livramento de Nossa Senhora, Extremo Sul e Ribeira do Amparo, em cumprimento às exigências estabelecidas mediante acordos bilaterais firmados entre o Brasil e os países importadores de frutas; a certificação fitossanitária de frutas, na origem, destinadas a exportação para os Estados Unidos da América, Japão, Argentina, Chile, Uruguai, Inglaterra, Canadá, Holanda, Portugal e Alemanha; o monitoramento do mofo azul, *Peronospora tabacina*, nas unidades de produção de tabaco da região do Recôncavo da Bahia (O trabalho desenvolvido resultou na assinatura de protocolo objetivando a exportação de tabaco do Brasil para a República Popular da China); o estabelecimento do Sistema de Mitigação de Risco - para a praga *Anastrepha grandis* no cultivo de melão, no município de Ribeira do Amparo - BA, para fins de Certificação Fitossanitária com Declaração Adicional (O trabalho desenvolvido permitirá a exportação de melão para os Estados Unidos da América); a geração de emprego e renda na exportação de frutas para o mercado internacional; a prevenção e o controle de pragas quarentenárias; a fiscalização das ações de controle do Bicudo do Algodão, no âmbito do Programa Fitossanitário do Algodão, nas regiões Oeste e Sudoeste da Bahia; a fiscalização das ações de controle da Ferrugem Asiática da Soja, no âmbito do Programa Fitossanitário da Soja, na Região Oeste da Bahia e; a fiscalização do Programa Fitossanitária da Banana, principalmente em visitas às plantações nas regiões do Baixo Sul e Oeste da Bahia, visando confirmar a ausência da praga *Sigatoka-negras*, uma vez que nosso Estado ostenta o status de área livre; participação nos grupos de trabalho instituídos para o combate em diversas culturas (algodão e outros) à lagarta “*helicoverpa armígera*” no oeste da Bahia; implantação do programa de certificação na origem de citros (laranja e limão thaiti) para exportação, na região do litoral norte da Bahia.

No SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, destacamos: a inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal; a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; a fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; a inspeção das graxarias nos matadouros-frigoríficos e nas graxarias industriais, visando o controle higiênico sanitário e o cumprimento das exigências estabelecidas pelo DIPOA, em respeito aos acordos internacionais, visando à prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida vulgarmente como Doença da Vaca Louca; o estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos, Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos, Boas Práticas de Fabricação, Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; a classificação e tipificação de

produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e; a certificação de produtos com qualidade diferenciada.

No SSA - Serviço de Saúde Animal, destacamos: a manutenção da Bahia na condição sanitária de zona livre de febre aftosa e esforços no sentido de erradicar a doença do circuito pecuário Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado; a elaboração de normas sanitárias; o cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeita e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; o rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; a realização de diagnósticos e monitoramento soropidemiológicos; o estabelecimento de diretrizes zoossanitárias, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; a elaboração de planos de contingência e de emergência; a caracterização de áreas, zonas ou propriedades livres de enfermidades; a consolidação de sistemas de informação zoossanitária e; o aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.

DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário. Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela DPDAG/SFA-BA ressaltam-se: 1) o desempenho registrado no Plano Interno – INDIGRAF – relacionado com as ações de fomento as Indicação Geográfica de produtos agropecuários, com o acompanhamento de dois convênios, um deles firmado com a Associação dos Produtores de Cacau-APC e o outro com a Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia. Nestes convênios o Ministério da Agricultura repassou os recursos necessários para o custeio das ações necessárias para elaboração dos requerimentos de IG, respectivamente, para o Cacau Sul da Bahia e para o Café do Oeste da Bahia; outro ponto relevante foi a participação no Fórum Baiano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas, cujo foco principal é a conjugação de esforços de diversas instituições com o objetivo único de alavancar os registros de indicação geográfica no Estado da Bahia; 2) no tocante a Convênios e Contratos de Repasse, principais instrumentos de transferência voluntária de recursos orçamentários para a sociedade, a DPDAG contribuiu para a captação de R\$ 22.234.969,97 em benefícios a municípios do estado da Bahia, através da aprovação de 43 Planos de Trabalho relacionados a proposição de Emendas Parlamentares, o que significa um incremento de 42,55% sobre o valor do ano de 2012. Merece destaque também a orientação de prefeituras municipais e organizações não governamentais na utilização dos meios de acesso aos recursos públicos oriundos de Convênios, promovendo-se capacitação para uso do SICONV, ferramenta disponibilizada pelo Governo Federal com o objetivo da análise e acompanhamento dos Convênios celebrados com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos; 3) Nos Planos Internos – CERTORGAN E DESENGORG, referentes à agricultura orgânica, desenvolveu-se atividades relacionadas à orientação de produtores, consumidores e comerciantes sobre a legislação que rege a matéria, sobre a organização da produção e da comercialização e fiscalização, exigindo-se o cumprimento da legislação pertinente e em vigor. Coube também a DPDAG, a coordenação e condução dos rumos da Comissão da Produção Orgânica no Estado da Bahia; 4) Plano Interno FISAGRIC - Acompanhamento e fiscalização dos serviços da aviação agrícola, em face da expansão das atividades do agronegócio na Bahia, principalmente no oeste e sudoeste do estado e; 5) Plano Interno - APOIO ABC - responsável pela execução do Plano de Agricultura de Baixo Carbono na Bahia, com a continuidade das atividades do Grupo Gestor Estadual - GGE, com a realização de uma Oficina para elaboração do plano Operativo Estadual do ABC, além da realização de seminário para capacitação de técnicos multiplicadores das tecnologias preconizadas pelo Plano ABC.

Como entraves para a realização dos objetivos traçados para o exercício, destacam-se o contingenciamento de recursos sofrido pelo MAPA que impossibilitou o acompanhamento “in loco” dos contratos de repasse já celebrados.

Mesmo com a crise financeira mundial as perspectivas de crescimento da produção agropecuária brasileira são otimistas, no curto e longo prazo. A forte demanda interna e a conquista de novos mercados têm impulsionado de forma continuada o agronegócio. A tímida recuperação econômica de alguns dos parceiros tradicionais, o crescimento dos países emergentes, somados ao crescimento

do poder de compra dos brasileiros e o conseqüente fortalecimento do mercado interno, permite vislumbrar uma forte demanda pelas ações finalísticas da SFA/BA. Por outro lado, o forte empenho no sentido da modernização, eficiência e funcionalidade praticado na Unidade, como treinamento de pessoal, aquisição de equipamentos para informatização, melhoria nas condições de trabalho, aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e controles, etc., nos permite inferir que o ano de 2014 será de resultados positivos para as nossas ações; minimizando os riscos para os produtores agropecuários, aumentando nossa segurança alimentar, melhorando os resultados de produção e produtividade do meio rural de forma sustentável e gerando emprego e renda para a sociedade brasileira.

Finalmente, com este relatório, a SFA/BA pretende prestar contas à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2013 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.

Virginia Alice Almeida Hagge
Superintendente Federal

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

(Item I do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 01 (A.1.1.1). Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia			
Denominação abreviada: SFA – BA			
Código SIORG: 2788	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: UG: 130029	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Cód. 101-5 Poder Executivo Federal - Administração Direta		CNPJ: 00.396.895/0024-11	
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das questões econômicas na agricultura: federal, estadual e municipal.			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(71) 3444-7436/7437	(71) 3444-7440	
E-Mail: gab-ba@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http:// www.agricultura.gov.br .			
Endereço Postal: Largo dos Aflitos, S/N, Ed. Ceres, Centro, Salvador-BA. CEP. 40.060-030			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pelo Decreto nº 5.351 de 21/01/2005, publicado no D.O.U. de 24 de janeiro de 2005			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Atribuições regimentais – Das Competências: Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial MAPA nº 428, de 9 junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 - Seção 1.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Todos os manuais e publicações relacionadas às atividades da SFA/BA são elaborados, deliberados e divulgados pelos órgãos centrais (Secretarias e Departamentos) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130029	Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

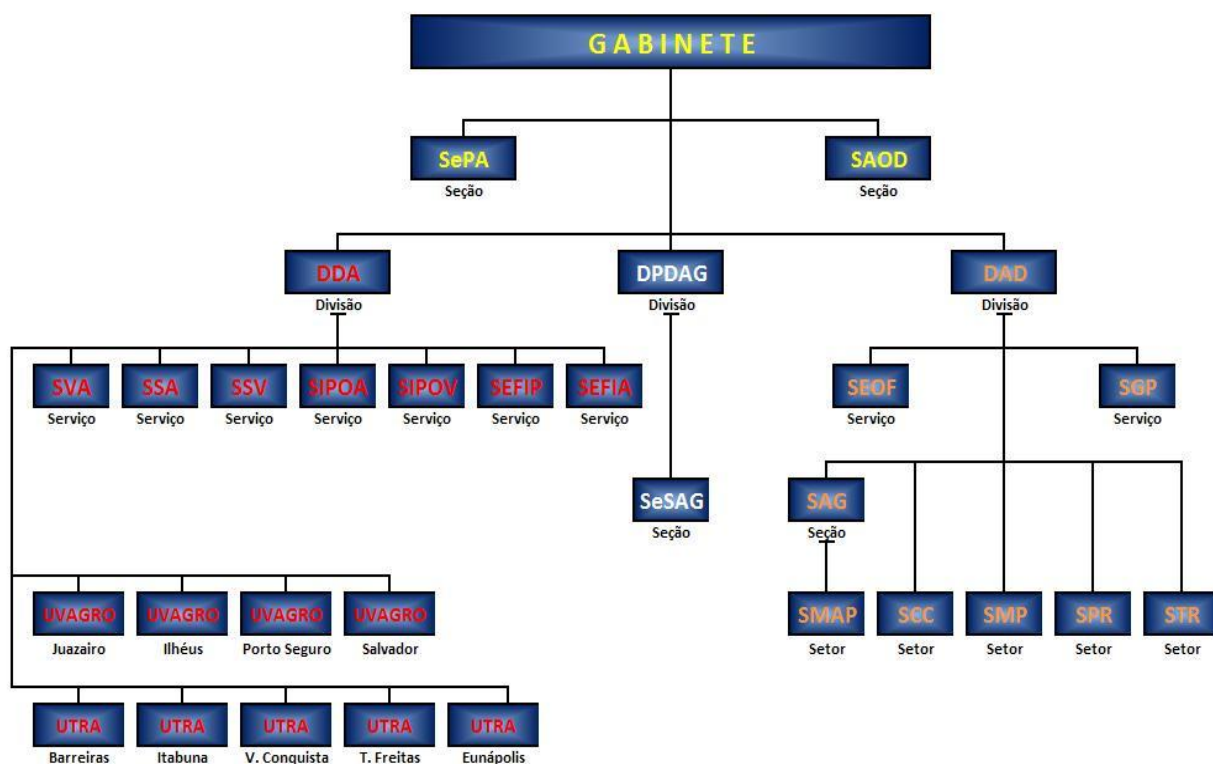
A Superintendência Federal da Agricultura na Bahia cumpre um importante papel no âmbito do agronegócio baiano, executando um rigoroso trabalho para assegurar a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal. Como unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ela é a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2012-2015 do Ministério no Estado; implementando políticas para o desenvolvimento do agronegócio regional, agregando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais com o propósito de atender os consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social. Executa também outras atividades relacionadas à promoção da exportação, à promoção da infraestrutura rural, ao controle da mecanização e aviação agrícola e modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada.

A SFA/BA está subordinada ao cumprimento do seu Regimento Interno, determinado pela Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 onde se encontra definida a sua estrutura organizacional e competências legais. A ela compete executar atividades e ações de: defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária; fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura; assistência técnica e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

1.3. Organograma Funcional da Unidade

ORGANOGRAMA DA SFA-BA

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento



A Superintendência Federal de Agricultura na Bahia apresenta a seguinte estrutura organizacional: O Gabinete, a Seção de Planejamento e Acompanhamento (SePA), a Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD), respondem pela coordenação da Unidade; a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e a Divisão de Apoio Administrativo (DAD) são responsáveis pela gestão técnica, política e administrativa.

À Divisão de Apoio Administrativo (DAD), por intermédio de suas unidades operativas: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF); Serviço de Gestão de Pessoas (SGP); Seção de Atividades Gerais (SAG); Setor de Manutenção Predial (SMAP); Setor de Compras e Contratos (SCC); Setor de Material e Patrimônio (SMP); Setor de Protocolo (SPR) e; Setor de Transporte (STR) compete promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados. Portanto, está sob sua responsabilidade prover os meios necessários à implementação e gestão dos programas finalísticos da SFA/BA.

À Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e sua Seção de Suporte Agropecuário SeSAG, compete a promoção, orientação e acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos. Também desenvolve ações no setor da produção agropecuária orgânica, promovendo o acompanhamento da produção por meio de articulação interinstitucional, e na formulação e acompanhamento de políticas públicas e fomento.

Já a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), com suas unidades centrais e descentralizadas é a responsável pelo desenvolvimento dos Programas do Governo Federal, com as ações finalísticas previstas no Plano Plurianual (PPA), e pela coordenação e supervisão dos macroprocessos de fiscalização, inspeção e defesa da agropecuária, executados pelas seguintes unidades:

O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA) e as Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO) desenvolvem suas ações fundamentadas na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal e na fiscalização do trânsito internacional de insumos agropecuários, contemplando também os acordos internacionais, como MERCOSUL e CIPF (Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária), dentre outros;

O Serviço de Saúde Animal (SSA) e o Serviço de Sanidade Vegetal (SSV) atuam na programação, controle, orientação e promoção da execução das atividades zoossanitárias e fitossanitárias que envolvem ações de vigilância, prevenção, controle e profilaxia das doenças dos animais e das pragas dos vegetais, e tendo como parceiro na execução de algumas das suas atividades a Agência de Defesa Agropecuária (ADAB), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Bahia, órgão executor de defesa agropecuária no Estado;

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) é responsável pelo trabalho de Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no estado da Bahia, que se destinam à comercialização interestadual e internacional. É responsável também pela análise prévia para o registro de novos estabelecimentos e pela aprovação de rótulos de produtos;

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SIPOV) atua na área de Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres, no registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas e vinagres no estado da Bahia, também promove a fiscalização da classificação dos produtos de origem vegetal quando o produto for

destinado diretamente ao consumo humano, nas importações e nas compras do Poder Público, tendo por finalidade garantir o cumprimento dos dispositivos legais, coibindo a comercialização dos produtos que estejam em desacordo com as normas de identidade e os padrões de qualidade;

O Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários (SEFIP) e o Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas (SEFIA) atuam no registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores de insumos agropecuários e seus respectivos produtos que abrangem todos os segmentos da cadeia do agronegócio, na produção de fertilizantes, corretivos e inoculantes, agrotóxicos e afins, na fiscalização de organismos geneticamente modificados, no comércio internacional de sementes e mudas, alimentos destinados à alimentação animal, materiais de multiplicação animal e vegetal e empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários;

Às Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) competem à execução, no âmbito da respectiva jurisdição, as atividades de: defesa agropecuária; desenvolvimento agropecuário; administração geral da unidade e; elaborar relatórios das atividades desempenhadas.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, a saber: Cooperativismo e Associativismo Rural (responsável SDC); Defesa Agropecuária (responsável SDA); Desenvolvimento Agropecuário (responsável SDC); Execução do Plano da Lavoura Cacaueira (responsável CEPLAC); Meteorologia e Climatologia (responsável INMET); Política Agrícola (responsável SPA); Política de Agroenergia (responsável SPAE); Política Cafeeira (responsável SPAE); Relações Internacionais para o Agronegócio (responsável SRI). A condução, resultados/produtos dos macroprocessos, estão consubstanciados nos Relatórios de Gestão de cada Unidade responsável.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Os Macroprocessos de Apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como: a) Macroprocessos de Governança - através da Gestão Institucional e, b) Macroprocessos de Administração Interna – através da Administração de Pessoal, Administração Jurídica, Articulação Institucional, Articulação Política, Comunicação Institucional, Contabilidade Pública, Documentação e Informação Agropecuária, Desenvolvimento Organizacional e Inovação, Desenvolvimento de Pessoas, Interação com a Sociedade e Servidores, Logística e Serviços Gerais, Procedimentos Disciplinares, Tecnologia da Informação e compõem Relatório de Gestão da SE.

1.6. Principais Parceiros

A SFA/BA tem como parceiro a Agência de Defesa Agropecuária (ADAB), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Bahia, órgão executor de defesa agropecuária no Estado que coordenada pelo Serviço de Saúde Animal (SSA) e Serviço de Sanidade Vegetal (SSV) atua no controle, orientação e promoção da execução das atividades zoonosológicas e fitossanitárias que envolvem ações de vigilância, prevenção, controle e profilaxia das doenças dos animais e das pragas dos vegetais.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

(Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

2.1. Planejamento da Unidade

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem como Missão institucional promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Para tanto, é de fundamental importância que se aproveite todas as oportunidades no intuito de disponibilizar acesso a alimentos mais seguros e saudáveis, com qualidade e preços acessíveis e de contribuir de maneira significativa para o Brasil crescer e se destacar no cenário mundial.

O agronegócio brasileiro tem demonstrado um grande dinamismo, sendo constantes as perspectivas de crescimento do setor. Este fato determina a necessidade de monitoramento do agronegócio nacional e internacional, presente e futuro. Outros fatores determinantes como os processos de urbanização, o envelhecimento das pessoas, as novas necessidades nutricionais, os novos hábitos de consumo, bem como os altos requisitos de qualidade de vida exigem inovações e diversificações na produção de alimentos, fibras e outras matérias-primas; o que certamente definirá a posição de destaque do Brasil no mercado mundial. Essa inserção envolve um processo sistemático de prospecção, planejamento, formulação de políticas públicas e diretrizes que nortearão a modernização da estrutura e a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atender aos seus públicos-alvo e à sociedade.

A SFA/BA tem investido, de forma efetiva, na modernização de sua gestão, buscando fazer cumprir suas responsabilidades institucionais e a concretização dos Objetivos Estratégicos do Ministério, visando atender, da melhor forma possível, ao seu público externo, que exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes. Para tanto, ela conta com uma estrutura operacional simples e objetiva que lhe permite realizar suas atividades com qualidade e rapidez, atuando desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos, da defesa ao desenvolvimento agropecuário e nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo, inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia brasileira, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições. Nesse sentido, vem se empenhando no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações compreende todas as regiões do estado da Bahia onde o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandam uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência é fundamental.

A Superintendência tem gerenciado de forma sistemática suas competências legais e perseguido de modo obstinado os Objetivos Estratégicos do Ministério. Portanto, focada na Missão, e Visão de Futuro do MAPA, a SFA/BA tem investido no seu aperfeiçoamento funcional, e tendo na observância dos Objetivos Estratégicos do Ministério traçado o seu rumo para a promoção do desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade baiana e, dessa forma, também ser reconhecida pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do seu agronegócio.

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1. Programa Temático

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

A SFA/BA não tem a responsabilidade física ou financeira de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). A ela cabe apenas a condução e execução de algumas Ações desses programas no estado da Bahia.

2.2.2. Objetivo

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

2.2.3. Ações

2.2.3.1. Ações - OFSS

No exercício de 2013 a SFA/BA foi diretamente responsável pela condução, acompanhamento e fiscalização de dezenove Ações finalísticas pertencentes a três Programas distintos do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, entretanto, ela também participou, de forma significativa, na execução de atividades em Ações de responsabilidade das Secretarias Executivas do MAPA.

Plano Interno VIGIFITO13

Atividades: elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da fitossanidade; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.

Quadro 02 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação VIGIFITO13

Identificação da Ação						
Código	2134		Tipo: Atividade			
Título	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos					
Iniciativa	Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Objetivo	Código: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	310.579,21	310.175,69	310.175,69	283.449,88	12.814,32	13.911,49
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Fiscalização realizada		Unidade	80.000	-	91.918	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Fiscalização realizada	Unidade	43.600	

Fonte: Relatório de Atividades do SSV, 2013.

Plano Interno PCEVEGTAL13

Atividades: elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreira fitossanitárias, elaboração de plano de contingência e de emergência para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativa e Portaria), acordos internacionais, estabelecimento de convênio com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.

Quadro 03 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação PCEVEGTAL13

Identificação da Ação						
Código	8572		Tipo: Atividade			
Título	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais					
Iniciativa	Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Objetivo	Código: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	97.281,20	97.246,82	97.246,82	89.420,35	-	6.160,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Área controlada		ha	318.223	-	318.223	
Restos a0 Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Área controlada		ha	311.552

Fonte: Relatório de Atividades do SSV, 2013.

Plano Interno FEBREAFTO13

Atividades: realização de reuniões do circuito pecuário para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitárias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeita e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnósticos e monitoramento soroepidemiológicos nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.

Quadro 04 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FEBREAFTO13

Identificação da Ação	
Código	4842 Tipo: Atividade
Título	Erradicação da Febre Aftosa
Iniciativa	Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

Objetivo	Código: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	8.537,00	8.439,55	8.439,55	6.602,00	-	1.837,55
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área livre			km ²	564.693	-	564.693
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Área livre		km ²	564.693

Fonte: Relatório de Atividades do SSA, 2013.

Plano Interno PCEANIMAL13

Atividades: estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistemas de informação zoossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.

Quadro 05 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação PCEANIMAL13

Identificação da Ação						
Código	8658		Tipo: Atividade			
Título	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Iniciativa	Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Objetivo	Código: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	84.419,67	84.273,33	84.273,33	66.109,33	7.707,15	10.456,85
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Propriedade atendida			Unidade	50.000	-	49.046
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Propriedade atendida		Unidade	56.572

Plano Interno VIGIAGRO13

Atividades: vigilância e controle fitossanitário e zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos agropecuários e na análise de risco e quarentena vegetal e animal.

Quadro 06 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação VIGIAGRO13

Identificação da Ação						
Código	2180 e 2181		Tipo: Atividade			
Título	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos. Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.					
Iniciativa	Código 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários					
Objetivo	Código: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	141.270,47	141.053,67	141.053,67	105.799,90	15.328,10	19.925,67
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Fiscalização realizada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				39.000	-	49.279
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Fiscalização realizada		Unidade	36.885

Fonte: Relatório de Atividades do SVA, 2013.

Plano Interno FISAGROT13

Atividades: normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; registro de agrotóxicos; credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação; fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e; realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas.

Quadro 07 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISAGROT13

Identificação da Ação	
Código	2909
Tipo:	Atividade

Título	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins					
Iniciativa	Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Objetivo	Objetivo 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	14.491,70	14.407,10	14.407,10	9.391,16	3.600,54	1.415,40
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização realizada			Unidade	10	-	7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Fiscalização realizada		Unidade	4

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2013.

Plano Interno FISFECOI13

Atividades: registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; registro de produtos; fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e; reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

Quadro 08 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISFECOI13

Identificação da Ação						
Código	2141		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					
Iniciativa	Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.					
Objetivo	Código: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	139.927,71	139.672,48	139.672,48	118.543,68	11.168,80	9.960,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Fiscalização realizada			Unidade	721	-	610
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Fiscalização realizada	Unidade	943	

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2013.

Plano Interno FISCALSEM13

Atividades: registro de cultivares; inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM; fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas e; realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

Quadro 09 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCALSEM13

Identificação da Ação						
Código	2179		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização de Sementes e Mudas					
Iniciativa	Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Objetivo	0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028	Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	120.827,33	120.620,02	120.620,02	115.219,82	3.748,85	1.651,35
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Fiscalização realizada			Unidade	798	-	405
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Fiscalização realizada	Unidade	1.016	

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2013.

Plano Interno FISCORGEN13

Atividades: acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e; legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.

Quadro 10 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCORGEN13

Identificação da Ação						
Código	4745		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados					
Iniciativa	Código 013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM					
Objetivo	0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	33.079,93	32.367,48	32.367,48	26.896,02	3.975,51	1.495,95
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Fiscalização realizada			Unidade	132	-	134
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Fiscalização realizada		Unidade	132

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2013.

Plano Interno FISCGENE13

Atividades: realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados; capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução; boas práticas de manipulação; auditoria e; participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Quadro 11 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCGENE13

Identificação da Ação						
Código	2019		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização de Material Genético Animal					
Iniciativa	Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários					
Objetivo	0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	7.871,34	7.871,34	7.871,34	6.255,07	-	1.616,27

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização realizada		Unidade	20	-	15
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
			Fiscalização realizada	Unidade	14

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2013.

Plano Interno FISCINAN13

Atividades: fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação; implementação das BPF nos estabelecimentos e; participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Quadro 12 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCINAN13

Identificação da Ação						
Código	2124		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal					
Iniciativa	Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários					
Objetivo	0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	77.632,67	77.321,50	77.321,50	50.551,69	1.577,21	25.192,60
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização realizada		Unidade	74	-	95	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Fiscalização realizada	Unidade	84	

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2013.

Plano Interno FISPROVET13

Atividades: licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento; capacitação de fiscais federais agropecuários em boas

práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário e; participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Quadro 13 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISPROVET13

Identificação da Ação						
Código	2140		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário					
Iniciativa	Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários					
Objetivo	0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	38.064,90	37.798,31	37.798,31	23.900,41	6.631,50	7.266,40
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização realizada			Unidade	234	-	198
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Fiscalização realizada	Unidade	328	

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2013.

Plano Interno INPANIMAL13

Atividades: inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos; supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e; certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Quadro 14 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação INPANIMAL13

Identificação da Ação						
Código	8938		Tipo: Atividade			
Título	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal					
Iniciativa	Código 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal					
Objetivo	Código 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	195.656,79	194.999,68	194.999,68	174.554,62	15.445,06	5.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estabelecimento inspecionado			Unidade	71	-	71
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Estabelecimento inspecionado		Unidade	70

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOA, 2013.

Plano Interno IPVEGETAL13

Atividades: estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal e; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

Quadro 15 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação IPVEGETAL13

Identificação da Ação						
Código	8939		Tipo: Atividade			
Título	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal					
Iniciativa	Código 0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal					
Objetivo	Código 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	88.867,89	88.617,98	88.617,98	81.320,34	3.974,54	3.323,10
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Estabelecimento inspecionado		Unidade	160	-	149	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Estabelecimento inspecionado	Unidade	117	

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOV, 2013.

Plano Interno PADCLASSI13

Atividades: desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal e; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

Quadro 16 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação PADCLASSI13

Identificação da Ação						
Código	4746		Tipo: Atividade			
Título	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais					
Iniciativa	Código 027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal					
Objetivo	Código 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	56.205,78	56.034,83	56.034,83	53.184,88	2.449,77	400,18
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	

Fiscalização realizada			Unidade	160	-	156
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Fiscalização realizada	Unidade	157	

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOV, 2013.

Plano Interno MANUTSFAS13

Atividades: atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.

Quadro 17 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação MANUTSFAS13

Identificação da Ação						
Código	4716		Tipo: Atividade			
Título	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas					
Iniciativa	-o-					
Objetivo	-o-					
Programa	Gestão e Manutenção do MAPA		Código: 2105	Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	1.275.009,30	1.274.335,68	1.274.335,68	967.373,69	86.064,65	220.897,34
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Superintendência mantida			Unidade	1	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Superintendência mantida	Unidade	1	

Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2013.

Plano Interno CERTORGAN13

Atividades: credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias e; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.

Quadro 18 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação CERTORGAN13

Identificação da Ação						
Código	4720		Tipo: Atividade			
Título	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica					
Iniciativa	Código 02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da					

	qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.					
Objetivo	Código: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			Código: 2014 Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	2.655,00	2.655,00	2.655,00	2.655,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade controlada			Unidade	70	-	66
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Unidade controlada	Unidade	17	

Fonte: Relatório de Atividades da DPDAG, 2013.

Plano Interno DESENORG13

Atividades: ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais e; articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.

Quadro 19 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação DESENORG13

Identificação da Ação	
Código	8606 Tipo: Atividade
Título	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico
Iniciativa	Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.

Objetivo	Código: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				Código: 2014 Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	4.489,44	4.489,44	4.489,44	4.358,19	-	131,25
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Unidade	523	-	493	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Pessoa beneficiada		Unidade	749

Fonte: Relatório de Atividades da DPDAG, 2013.

Plano Interno FISCAGRIC13

Atividades: fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.

Quadro 20 (A.2.2.3.1). Dados gerais da Ação FISCAGRIC13

Identificação da Ação						
Código	2177		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização de Serviços Agrícolas					
Iniciativa	Código 02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola					
Objetivo	Código 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				Código: 2014 Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	6.385,26	6.385,26	6.385,26	6.385,26	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	

Fiscalização realizada			Unidade	24	-	9
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Fiscalização realizada		Unidade	42

Fonte: Relatório de Atividades da DPDAG, 2013.

2.2.3.2. Análise Situacional

Quadro 21. Desempenho Operacional da SFA/BA - Resumo

Desempenho Operacional da SFA-BA

[Retornar](#)

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento

Ano: 2013

Período: Janeiro a Dezembro

PLANO INTERNO	META FÍSICA PRINCIPAL	META FÍSICA						META FINANCEIRA				
		Universo da Ação	Previsto	Realizado	Eficácia	Efetividade	Previsto	Realizado	Custo Unitário		Eficiência	
									Previsto	Realizado		
DAD - Divisão de Apoio Administrativo												
MANUTSFAS13	Superintendência mantida (unid.)	1	1	1	0,0	100,0	1.066.528,34	967.373,69	1.066.528,34	967.373,69	9,3	
SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal												
INPANIMAL13	Estabelecimento inspecionado (Unid.)	71	71	71	0,0	100,0	315.326,00	174.554,62	4.441,21	2.458,52	44,6	
SSV - Serviço de Sanidade Vegetal												
PCEVEGETAL13	Área controlada (ha)	318.223	318.223	318.223	0,0	100,0	31.072,00	89.420,35	0,10	0,28	-187,8	
VIGFITO13	Fiscalização realizada (Unid.)	92.000	80.000	91.918	14,9	99,9	133.629,50	283.449,88	1,67	3,08	-84,6	
SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal												
IPVEGETAL13	Estabelecimento inspecionado (Unid.)	223	160	149	-6,9	66,8	132.000,00	81.320,34	825,00	545,77	33,8	
PADCLASSII13	Fiscalização realizada (Unid.)	220	160	156	-2,5	70,9	112.000,00	53.184,88	700,00	340,93	51,3	
SVA - Serviço de Vigilância Agropecuária												
VIGLAGRO13	Fiscalização realizada (Unid.)	50.000	39.000	49.279	26,4	98,6	133.540,00	105.799,90	3,42	2,15	37,3	
SSA - Serviço de Saúde Animal												
FEBREAFOT13	Área livre (km2)	564.693	564.693	564.693	0,0	100,0	70.790,00	6.602,00	0,13	0,01	90,7	
PCEANIMAL13	Propriedade atendida (Unid.)	57.009	50.000	49.046	-1,9	86,0	119.916,49	66.109,33	2,40	1,35	43,8	
SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários												
FISCGENE13	Fiscalização realizada (Unid.)	32	20	15	-25,0	46,9	9.558,00	6.255,07	477,90	417,00	12,7	
FISCNAN13	Fiscalização realizada (Unid.)	104	74	95	28,4	91,3	40.090,50	50.551,69	541,76	532,12	1,8	
FISPROVET13	Fiscalização realizada (Unid.)	930	234	198	-15,4	21,3	29.143,00	23.900,41	124,54	120,71	3,1	
SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas												
FISAGROT13	Fiscalização realizada (Unid.)	10	10	7	-30,0	70,0	37.610,50	9.391,16	3.761,05	1.341,59	64,3	
FISCALSEMI13	Fiscalização realizada (Unid.)	800	798	405	-49,2	50,6	149.768,00	115.219,82	187,68	284,49	-51,6	
FISFECOI13	Fiscalização realizada (Unid.)	610	721	610	-15,4	100,0	200.005,50	118.543,68	277,40	194,33	29,9	
FISCORGEN13	Fiscalização realizada (Unid.)	172	132	134	1,5	77,9	45.157,20	26.896,02	342,10	200,72	41,3	
DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário												
CERTORGAN13	Unidade controlada (Unid.)	70	70	66	-5,7	94,3	13.432,00	2.655,00	191,89	40,23	79,0	
DESENORG13	Pessoa beneficiada (Unid.)	550	523	493	-5,7	89,6	7.133,00	4.358,19	13,64	8,84	35,2	
FISCAGRIC13	Fiscalização realizada (Unid.)	40	24	9	-62,5	22,5	37.157,50	6.385,26	1.548,23	709,47	54,2	
SFA/BA -	-0-	-0-	-0-	-0-	-7,8	78,2	2.683.857,53	2.191.971,29	-0-	-0-	16,2	

No Quadro 21 está demonstrado, de forma simplificada e resumida o desempenho alcançado por cada ação da Unidade, os recursos utilizados com o custeio das suas atividades, os resultados obtidos e a disponibilização dos elementos necessários para o cálculo dos Indicadores de Desempenho. Nele é mostrado o Desempenho Operacional das principais Ações de responsabilidade da SFA/BA no exercício de 2013. Na horizontal foram relacionados, por Divisão ou Serviço, todos os Planos Internos que desenvolveram alguma atividade no período deste relatório. Nos campos dispostos na vertical estão organizadas as informações referentes a cada um desses planos, tais como: a Meta Física Principal, definida no PPA; as quantificações da Meta Física (Universo da Ação, Previsto e Realizado), com os seus respectivos Indicadores de Desempenho (Eficácia e Efetividade) e; os valores para Meta Financeira (Previsto, Realizado, Custo Unitário Previsto e Custo Unitário Realizado), e o Indicador de Eficiência.

Os Indicadores de Desempenho Operacional não serão analisados nesta parte do relatório. Os resultados quantitativos alcançados para as Metas Física e Financeira serão devidamente avaliados e discutidos em tópicos mais apropriados. Entretanto, torna-se relevante demonstrar a insuficiência

dos recursos disponibilizados para custear as atividades da Superintendência no ano de 2013: dos R\$ 2.683.857,53 programados para a implementação das nossas ações, apenas R\$ 2.195.971,29 foram liberados para a SFA/BA no exercício. Uma defasagem de aproximadamente 18% do montante previsto, causando descontinuidade nas atividades programadas e tornando-se necessário um grande esforço do nosso corpo técnico em atender demandas inadiáveis.

Outras Ações Desenvolvidas Pela Unidade

Além das Ações obrigatórias, descritas anteriormente e de responsabilidade desta UJ, convém registrar a movimentação de recursos da ordem de R\$ 3.326.491,35 disponibilizado nos Planos Internos: APOIOABC13, R\$ 13.260,18; APRODUTOR13, R\$ 30.000,00; CAPACITA13, R\$ 3.918,01; COORSUASA13 R\$ 1.963,42; ERPROMOSDA, R\$ 774.000,00; FISCON13, R\$ 3.151,59; INDGRAF13, R\$ 11.051,34; INSUASA13, R\$ 2.370.526,00; OPEASSIST13, R\$ 94.765,47 e; OPERASDC13, R\$ 23.855,34. O gerenciamento destes Planos é de responsabilidade dos Órgãos Centrais do MAPA que repassam valores destinados à execução de atividades como treinamento de pessoal, viagens para participação em reuniões ou cursos, coletas de amostras para Programas Nacionais, além de despesas com encargos sociais e convênios. Os valores repassados nos PIs. ERPROMOSDA, R\$ 774.000,00 e INSUASA13, R\$ 2.370.526,00 foram repasses feitos para atender a um convênio que o Ministério da Agricultura mantém com a ADAB: cabendo à SFA/BA apenas a fiscalização e o acompanhamento das realizações das atividades conveniadas.

2.3. Informações sobre outros resultados da gestão

O MAPA tem aproveitado todas as oportunidades, que estão ao seu alcance, para propiciar à população brasileira acesso a alimentos mais seguros e saudáveis, com qualidade e preços acessíveis. Tem se preparado para atender, com agilidade, à crescente demanda por alimentos, da sociedade brasileira e do planeta: identificando com clareza os produtos que o Brasil e o mundo consumirão nos próximos anos; sabendo quais são as demandas atuais e futuras que o agronegócio brasileiro apresenta e o que isso representa para a nossa economia e; conhecendo quais são as políticas públicas que precisam ser elaboradas para a garantia alimentar do país.

O Plano Estratégico define com clareza o rumo de nossas ações para o futuro e os resultados que buscamos para a nossa agricultura. É a busca constante e diária, que está presente no trabalho de seus servidores com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do Brasil, a competitividade do Agronegócio e gerar benefícios para a sociedade. Isso é fundamental para o crescimento do país, do agronegócio brasileiro e para o bem estar, levando mais alimentos à população e colocando o Brasil numa posição de destaque no mundo.

Como unidade descentralizada do Ministério a SFA/BA vem alinhando seu planejamento operacional aos desafios regionais, propondo soluções que contribuam para a execução do plano estratégico: conversando, trocando ideias e compreendendo melhor cada desafio e como eles se aplicam à nossa região; criando processos que nos permitam ser cada vez mais ágil e efetivo na implementação de políticas e prestação de serviços e; usando experiências, conhecimento e criatividade para sugerir inovações e soluções na nossa forma de atuar. Enfim, transformando a estratégia em ações e resultados; com talento, competência, experiência e vontade para superarmos os 25 grandes desafios. Pretendemos ser reconhecido pela qualidade em implementar políticas e prestar serviços, apoiando o desenvolvimento sustentável do país e ajudando milhões de brasileiros a colher os frutos do desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira.

As nossas ações têm sido implementadas em quatro planos distintos: a perspectiva da sociedade; a perspectiva do agronegócio e parceiros envolvidos; a perspectiva dos nossos processos internos e; a perspectiva das pessoas, com seus aprendizados e conhecimentos.

Tem-se investindo no desenvolvimento do talento e a competência dos servidores, pois pessoas capacitadas e motivadas são capazes de produzir processos eficazes, que geram excelência administrativa. Processos eficazes é a base para se proporcionar informações estratégicas ao agronegócio, implementar políticas públicas e prestar serviços de qualidade que fortaleçam o setor e gerem resultados para o país, trazendo benefícios, abastecendo a população com alimentos seguros e de qualidade e promovendo o desenvolvimento sustentável do Brasil a longo prazo.

No ambiente de trabalho, estamos buscando soluções para desenvolver a comunicação interna, de forma ágil e eficaz, criando formas de planejar, executar e avaliar o nosso trabalho, sempre focado nos resultados esperados. Outro grande desafio tem sido valorizar e motivar as pessoas, estimulando o trabalho em equipe. O MAPA vem incentivando esse crescimento profissional por meio de treinamentos e capacitação dos seus servidores. Com pessoas motivadas e capacitadas, tem-se melhorado a gestão da informação e do conhecimento, fundamental para aumentarmos a nossa agilidade e tomarmos decisões mais eficazes. Com a incorporação de melhores instrumentos de programação, controle e acompanhamento dos objetivos estratégicos à nossa rotina operacional melhoraram-se a eficiência e a transparência na execução orçamentária física e financeira. Investiu-se fortemente na melhoria da infraestrutura e nos processos de trabalho; com aquisição de mobiliários, computadores e outros equipamentos necessários, que nos ajudarão alcançar a excelência administrativa. Dentro desse pensamento, iniciamos estudos no sentido de aprofundarmos o conhecimento sobre o agronegócio, por meio de pesquisas, ensaios, indicadores e ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; só assim, poderemos melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio, fundamental para o aumento da competitividade do setor. Com a implementação de políticas públicas adequadas estamos viabilizando e garantindo a segurança e qualidade dos alimentos, acesso a tecnologias e estimulando o setor a agregar valor à produção nacional. Investindo-se no aperfeiçoamento das articulações entre o agronegócio e entidades públicas e privadas propiciamos: a conquista e manutenção de mercados para os produtos nacionais; a elaboração e implementação de políticas mais adequadas ao setor; a promoção, a organização e a integração das cadeias produtivas; a promoção do agronegócio no mercado interno e externo e; a valorização da imagem do MAPA junto ao mercado, governo e sociedade. Produzindo-se e disseminando informações qualificadas promovemos o crescimento da competitividade do setor e o aumento da credibilidade do MAPA, tornando-o referência em informações estratégicas para o agronegócio. Implementando-se políticas e prestando serviços com alto nível de excelência, de forma ágil e efetiva, estamos criando soluções inovadoras, ágeis e efetivas, que contribuam para a sustentabilidade e competitividade do setor. É nossa responsabilidade articular, de forma participativa: a organização e integração das cadeias produtivas; a inserção dos produtos nacionais nos mercados, interno e externo; a distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos; o estímulo às formas de organização associativas e cooperativas, etc. Em suma, apoiar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio, gerar empregos, aumentar a renda, estimular a produção agropecuária, a interiorização do desenvolvimento do Brasil, o incremento da arrecadação, a exportação do excedente produzido gerando divisas para a balança comercial, a preservação dos nossos recursos naturais, entre tantos outros benefícios.

O modelo de gestão adotado pela SFA/BA foi executado pelas três Divisões (DAD, DDA e DPDAG), sob a coordenação do Gabinete e teve como objetivo principal o monitoramento dos processos da Instituição, com uniformização de procedimentos de planejamento, acompanhamento e avaliação para todos os Serviços. Isto tem proporcionado obtenção de resultados expressivos,

demonstrados pelos Indicadores de Desempenho Operacionais das ações finalísticas. A estratégia fundamental consistiu no planejamento e padronização dos procedimentos e ações que visam dar cumprimento ao PPA, com a supervisão dos Órgãos Centrais do MAPA. A quase totalidade das ações foi executada diretamente pelas diferentes Unidades Gerenciais e outras, executadas indiretamente, pelo Órgão de Defesa Agropecuária do Estado. Cada Serviço Técnico orientou suas atividades em Planos Operativos previamente elaborados, discutidos, analisados e aprovados por seus coordenadores. Houve uma programação de reuniões envolvendo todos os chefes, com o intuito de discutir, avaliar e ajustar as metas das atividades em execução, resultando em correção de rumos quando detectados desvios e inadequações. Periodicamente foi solicitado pela DDA levantamentos do desempenho dos Programas desenvolvidos por todos os Serviços Técnicos, medida esta que possibilitou a todos os Chefes de Serviços visualizarem melhor o andamento das atividades programadas e tomarem decisões táticas que resultaram na recuperação do desempenho individual de cada Ação, com efeitos extremamente positivos no resultado geral.

O Serviço de Sanidade Vegetal - SSV, para consecução dos objetivos propostos, desenvolveu suas Ações no sentido de reforçar as parcerias entre os setores público e privado (Embrapa, ADAB, Moscamed, etc.), tão importantes na manutenção e ampliação do agronegócio, através de convênios e acordos bilaterais celebrados, e levantar os problemas de relevância para a agricultura do estado da Bahia na tentativa de solucioná-los. Prioritariamente, desenvolveu-se atividades relacionadas aos PIs Vigifito e Pcevegetal, tendo como objetivos básicos: a segurança alimentar na produção, importação e exportação de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal; a proteção de nossa fronteira agrícola contra as pragas quarentenárias e a manutenção e o incremento dos programas de exportação de frutas. As demandas priorizadas foram executadas diretamente por técnicos (Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias) lotados no SSV, nas Utras de Itabuna, Vitória da Conquista, Barreiras e Uvagos de Salvador, Ilhéus e Juazeiro. As atividades delegadas foram executadas pela a ADAB, OEDSV- Organização Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, Legalmente amparada pelo SUASA – Sistema Único de Atenção a Sanidade Agropecuária, Decreto nº 5.741 de 30/03/2006, e fiscalizadas e auditadas pelos técnicos da SFA/BA. Dentre as principais atividades desenvolvidas podemos destacar: o Programa de Monitoramento de Moscas das Frutas em pomares de manga e mamão, cujos frutos foram exportados para os Estados Unidos da América; a implementação do Sistema de Manejo de Risco de Pragas – em unidades de produção de manga destinadas à exportação para os Estados Unidos da América; a implementação do Sistema Approach em unidades de produção de mamão destinadas à exportação; o Programa de Exportação de Mangas para os Estados Unidos da América, Japão, Argentina, Chile e Uruguai; o Programa de Exportação de Mamão para os Estados Unidos da América; a Fiscalização do trânsito interestadual de vegetais – Barreiras Fitossanitárias; a manutenção de Área Livre de Pragas – ALP – para Sigatoka negra no cultivo da bananeira; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de soja, algodão e palma forrageira; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de citros; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de cacau e; elaboração e acompanhamento de convênio técnico celebrado entre o Estado e o MAPA, participação nos grupos de trabalhos instituídos para combate à lagarta “helioverpa armígera” em diversas culturas no oeste da Bahia, implantação do programa de certificação na origem, de citros para exportação, na região do litoral norte do Estado.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV, em conformidade com o DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, direcionou suas ações no sentido de garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. Neste sentido, atuou: no estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da sua qualidade; na inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais; na fiscalização e registro, bem

como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; na capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA atuou buscando atender as determinações prioritárias do DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal: na fiscalização de resíduos em alimentos, na inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, visando garantir a conformidade dos produtos.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP direcionou suas ações no sentido de: assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais; assegurar qualidade e conformidade dos insumos destinados à alimentação animal; e na melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional. Atuou: no licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais; no registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento; na capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação; em auditoria visando garantir a segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário; na fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; na conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; na implementação das BPF nos estabelecimentos e; na realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuam, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA atuou fortemente na garantia da conformidade dos insumos agrícolas (sementes, mudas, fertilizantes, inoculantes, aditivos e agrotóxicos) tão importante para o acesso do produtor a insumos com qualidade assegurada, minimizando os riscos inerentes à atividade e visando garantir a produção e a produtividade. Destaca-se a forte fiscalização dos procedimentos industriais dos produtores de fertilizantes e a fiscalização dos produtores de sementes e mudas exercidas por esse Serviço.

O Serviço de Saúde Animal - SSA realizou fiscalizações no Órgão Executor - ADAB e em diversos segmentos da agropecuária com o objetivo de diagnosticar não conformidades de risco para a integridade dos programas de saúde animal na Bahia, além de acompanhar e orientar a execução das atividades de vigilância, controle de trânsito para as diversas espécies animais (intra e interestadual), a comercialização e controle de vacina e a execução das etapas de vacinação contra a Febre Aftosa. A responsabilidade efetiva do Serviço de Saúde Animal com seus objetivos institucionais, com a crescente parceria com o Órgão Executor Estadual e com os demais segmentos do setor da agropecuária, respondem pela extinção da Zona Tampão e consequente criação da Zona de Proteção Livre de Febre Aftosa com Vacinação, com área de 58.201 km² que hoje se somam à área livre, totalizando no Estado da Bahia, 564.529 km² como Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação. Esse acontecimento fez recrudescer com intensidade a economia dessa região, oportunizando novos horizontes econômicos, com a valorização do rebanho, para os pecuaristas dessa região. Foram atualizadas as áreas de Risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB (doença da vaca louca) e Raiva dos Herbívoros. No Programa de Sanidade Avícola, as atividades desenvolvidas entre seus parceiros MAPA/ADAB e iniciativa privada são responsáveis pela evolução da classificação de grupo “C” para o grupo “B”, significando avanços em todos os seguimentos da cadeia produtiva da avicultura na Bahia. Outros avanços são registrados como a adesão de produtores rurais para integrarem o programa certificação de “propriedade de livre da brucelose e tuberculose” com reconhecimento internacional. O alcance dessa meta está gerando não

só uma melhor remuneração para o produtor, mas representa um grande avanço para a segurança alimentar da população de forma sustentável.

A Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG teve suas ações voltadas à promoção do desenvolvimento rural, ao estímulo das boas práticas agrícolas, ao uso responsável dos recursos naturais, à expansão e fiscalização do crédito e dos investimentos públicos no meio rural; exigindo para o êxito de seu trabalho o estabelecimento de parcerias com os produtores rurais, através de suas entidades associativas, com as universidades, os poderes públicos, estadual e municipal, enfim, com os diversos segmentos que compõem e dão vida ao agronegócio.

O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA) e as Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO) desenvolveram suas ações no sentido de impedir a entrada e a disseminação de pragas e doenças de animais e vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população; bem como, inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas e animal no trânsito internacional, além de certificar a fitossanidade e a zoossanidade dos produtos nacionais exportados. Fundamentada na legislação de defesa e inspeção, animal e vegetal, o controle foi exercido com a vigilância em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações e na análise de risco e quarentena de produtos vegetais e animais.

2.3.1. Indicadores

A Superintendência Federal de Agricultura na Bahia vem buscando soluções para desenvolver a comunicação interna, de forma ágil e eficaz, criando formas de planejar, executar e avaliar o seu trabalho, sempre focado nos resultados esperados. Tem investido na valorização e motivação de seu quadro funcional, estimulando o trabalho em equipe, incentivando o crescimento profissional por meio de treinamentos e capacitação. Com pessoas motivadas e capacitadas, tem-se melhorado a gestão da informação e do conhecimento, fundamental para aumentarmos a nossa agilidade e tomarmos decisões mais eficazes. Com a incorporação de melhores instrumentos de programação, controle e acompanhamento dos objetivos estratégicos, à nossa rotina operacional, melhorou-se a eficiência, a transparência na execução orçamentária física e financeira e a melhoria dos processos de trabalho que nos ajudarão alcançar a excelência administrativa.

Para o acompanhamento de nossas ações, durante o exercício de 2013, utilizamos quatro Indicadores de Desempenho: Eficácia, Eficiência, Efetividade e, Economicidade.

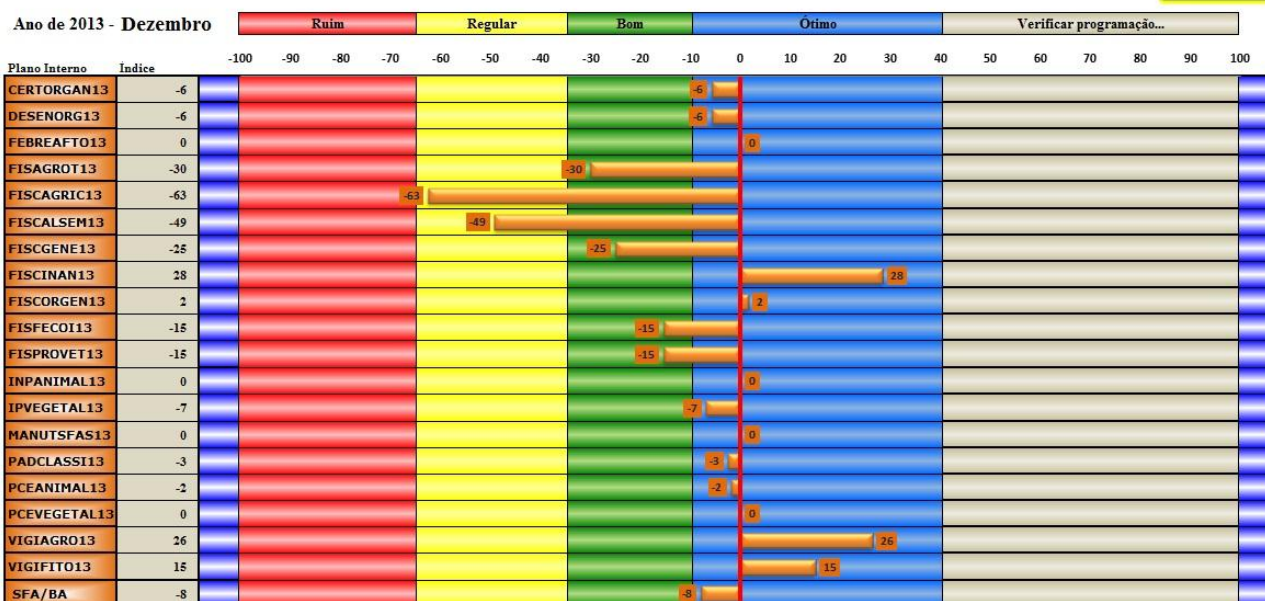
2.3.1.1. Indicador de Eficácia

Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação; no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Quando o índice é igual a "0": a Unidade cumpriu plenamente a meta que havia sido prevista para o exercício.

Fórmula de cálculo: **Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100**

QTR = Quantidade Total Realizada.

QTP = Quantidade Total Prevista.



Na Figura acima são mostrados os resultados observados, de forma padronizada, para o Indicador de Eficácia. Na horizontal estão representados os Planos Internos, seus índices alcançados no exercício e a representação gráfica dos mesmos, bem como, a representação média de todas as Ações de responsabilidade da SFA/BA. Na vertical está definida uma escala graduada com intervalos que vão de -100 a 100; com faixas delimitadas (Ruim, Regular, Bom, Ótimo, etc.) indicativas da qualidade do resultado obtido por cada Ação no exercício. A linha vertical vermelha representa o ponto "0" da escala, valor que indica o cumprimento integral da programação definida para a meta física principal no exercício.

A maioria das Ações de responsabilidade da SFA/BA, num total de 13, obteve desempenho ótimo neste indicador, com índices que variaram de -7% (IPVEGETAL13) a 28% (FISCINAN13). Isto parece indicar que, mesmo com uma dotação orçamentária menor que a necessária, os Serviços responsáveis por essas Ações souberam utilizar seus recursos de forma consciente e eficiente nas atividades desenvolvidas. Dessa maneira, foi possível o cumprimento de suas programações e, em muitos deles, até superaram essas metas em valores significativos.

Foi bom o resultado do Indicador obtido nas Ações FISFECOI13 (-15%), FISCGENE13 (-25%), FISAGROT13 (-30%) e FISPROVET13 (-15%). FISFECOI13 (-16%), o índice de 26% referente ao VIGIAGRO 13, justifica-se vez que esta atividade de fiscalização envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional. Desse modo, o número de investigações depende da quantidade de passageiros conduzindo animais de estimação e/ou trazendo, na bagagem, produtos de origem animal em desacordo com a legislação brasileira. Também pondera que a meta prevista para o exercício foi uma estimativa da Coordenação Geral do VIGIAGRO13, entretanto, o volume dos trabalhos relacionados à ação, depende unicamente da intensidade do trânsito internacional de cargas e passageiros. FISCGENE13 condiciona o resultado obtido no indicador à existência de apenas um Fiscal Federal Agropecuário especializado na área de Material de Multiplicação Genética e, conseqüentemente, por mais que esse Servidor tenha o apoio de outros Fiscais, ele sempre precisa estar presente em todas as ações fiscalizatórias, uma vez que é o único que detêm a habilidade técnica e o conhecimento da legislação da área. As férias a que este Fiscal tem direito e; a necessidade recorrente do mesmo estar presente na sede para prestar atendimento aos públicos externo e interno e para dar andamento a processos e documentos administrativos da área. FISAGROT13 justifica que a pequena redução no índice decorreu da não

obrigatoriedade de fiscalização em uma das empresas previstas, pois a mesma só produz componentes químicos que são utilizados na formulação de produtos agrotóxicos e que tais materiais não são regidos pela legislação de agrotóxicos e afins, neste sentido, não é imperativo a sua fiscalização, independente da obrigatoriedade do Registro das empresas. FISPROVET13 O total programado não foi atingido tendo em vista intempestividade na liberação de recursos financeiros.

Duas das Ações, FISCAGRIC13 e FISCALSEM13 apresentaram desempenho regular; com índices respectivos de -63% e -49%. FISCAGRIC13 O corte na dotação inicial influenciou sensivelmente na execução do montante programado. FISCALSEM13 as metas não foram atingidas face às autorizações de deslocamento (após 40 quarenta diárias não ocorreram nos meses conforme programado no POA) foram extemporâneas. O período de maior número de fiscalização (de produtos) ocorre nos meses de agosto a outubro

A SFA/BA apresentou uma Eficácia média de -8%, índice este que a coloca numa faixa ótima de desempenho para o indicador, com 92% de cumprimento das metas físicas programada para o exercício de 2013. Por se tratar de um número médio, obtido de todos os resultados das Ações, ele deve ser analisado com critério, pois nivela valores com níveis distintos de qualificação. Entretanto, este resultado, quando comparado a obtidos em anos anteriores, permite acompanhar a evolução da eficácia da Superintendência ao longo do tempo.

2.3.1.2. Indicador de Eficiência

Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficiente na condução da Ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da Ação. Quando o índice é igual a "0": a Unidade cumpriu plenamente a meta prevista para o exercício.

Fórmula de cálculo: **Eficiência = (((CUR: CUP) . 100) - 100) . (-1)**

CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)

CTR = Custo Total Realizado.

QTR = Quantidade Total Realizada.

CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)

CTP = Custo Total Previsto

QTP = Quantidade Total Prevista.



Na Figura acima são mostrados os resultados alcançados, de forma padronizada, para o Indicador de Eficiência. Na horizontal estão representados os Planos Internos, seus índices observados no exercício e a representação gráfica dos mesmos, bem como, a representação média de todas as Ações de responsabilidade da SFA/BA. Na vertical está definida uma escala graduada com intervalos que vão de -100 a 100; com faixas delimitadas (Ruim, Regular, Bom, Ótimo, etc.) indicativas da qualidade do resultado obtido por cada Ação no exercício. A linha vertical vermelha representa o ponto "0" da escala, valor que indica uma igualdade entre o custo previsto para cada unidade do produto da Ação e o valor efetivamente observado no exercício. Em resumo, o custo unitário realizado é igual ao custo unitário previsto.

Também neste Indicador a grande maioria das Ações (16) obteve desempenho ótimo, com índices que variaram de 3% (DESENORG13) a 49% (FISCINAN13). Isto nos permite inferir que, mesmo dispendo de dotações financeiras menores que as necessárias, os Serviços desenvolveram formas de trabalho que maximizaram bastante os recursos disponibilizados, utilizando-os de forma consciente e eficiente nas atividades desenvolvidas. Dessa forma, foi possível uma redução significativa do custo unitário de suas ações em 2013. Entretanto, torna-se necessário uma análise mais particularizada da programação de algumas das Ações que atingiram valores de Eficiência, em nosso entender, significativamente elevados. Neste sentido, estamos empreendendo esforços objetivando o aperfeiçoamento dos nossos mecanismos de programação e consequentemente adequá-lo às nossas necessidades.

Apenas a Ação FISCALSEM13 apresentou um desempenho ruim no exercício, o índice de -88% demonstra ter havido um aumento significativo no custo da ação fiscal em 2013. Foi justificado que em virtude da necessidade de se ampliar a área de atuação, em novas áreas de plantio na região Oeste da Bahia, e estando esta nova fronteira agrícola a grande distância da sede da SFA/BA, verificou-se um aumento significativo no custo unitário das fiscalizações no exercício. Os custos da participação de Fiscais em eventos relacionados às atividades da Ação, com passagens e diárias, também contribuem para o aumento de custos. Quando existem muitas fiscalizações esse valor é diluído, porém, como se verificou uma redução nas fiscalizações realizadas o efeito foi mais evidente.

Foi ruim o desempenho observado no indicador das Ações FISCAGRIC13 (-167%) um planejamento incorreto da Unidade e salienta que a Meta a ser alcançada foi definida pela Coordenação Nacional, e revelou-se superestimada; não há diagnóstico confiável que determine o universo representado pela meta que foi programada e mesmo com acentuada correção feita, ao longo do exercício, não foi possível atingir o total das unidades, o que determinou o resultado deste Indicador.

2.3.1.3. Indicador de Efetividade

Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetiva foi a Ação.

Fórmula de cálculo: $\text{Efetividade} = (\text{QTR} : \text{TPF}) \cdot 100$

QTR = Quantidade Total Realizada.

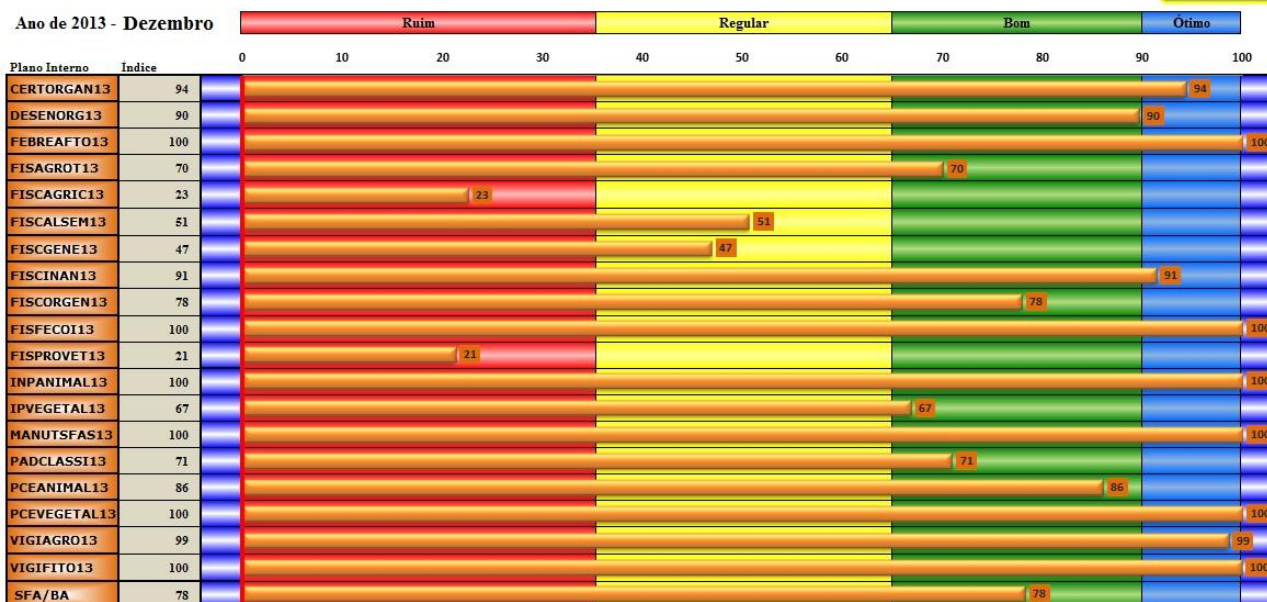
TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade.

Na Figura abaixo estão representados os resultados observados para o indicador de Efetividade no exercício de 2013. Na horizontal estão organizados todos os Planos Internos de responsabilidade da Unidade e a média estimada para a SFA/BA, seus índices alcançados e a representação gráfica dos mesmos. Na vertical está definida uma escala graduada com intervalos que vão de 0 a 100; com faixas delimitadas (Ruim, Regular, Bom e Ótimo) indicativas da qualidade do resultado obtido por cada Plano Interno. Quanto mais próximo de 100% esteja o índice encontrado mais efetivo foi o desempenho da Ação, justificando os objetivos que motivaram a atuação do órgão executor.

SFA-BA - Desempenho Operacional - Indicador: **Efetividade**

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento

[Retornar](#)



Foi bom o resultado alcançado pela SFA/BA no exercício, como pode ser comprovado pelo valor médio de 78% estimado para o indicador de Efetividade. Este índice é muito expressivo, pois, indica que as ações desenvolvidas, no período, proporcionaram uma cobertura satisfatória no cumprimento das atribuições institucionais da Superintendência, apesar das dificuldades físicas e financeiras enfrentadas em 2013. 9 das 19 Ações de responsabilidade da Unidade obtiveram

desempenho ótimo neste indicador, com índices de efetividade superiores a 91%, o que indica que mesmo dispondo de uma dotação orçamentária insuficiente para o custeio de suas atividades, foi possível utiliza-lo de forma racional e eficiente para a maximização dos resultados obtidos.

As Ações DESENORG13, 90%; FISAGROT13, 70%; FISCORGEN13, 70%; IPVEGETAL13, 67%; PADCLASSIF13, 71%; PCEANIMAL13, 86%; tiveram um bom desempenho no exercício, com índices de efetividade de 84%, 81% e 78%. Justifica-se o bom desempenho, tomando como exemplo FISAGROT13 as fiscalizações atingiram 70% do universo previsto.

Duas Ações alcançaram desempenho regular para o Indicador: FISCINAN13, 47%, e FISCGENE13, 51%. Relativo ao FISCGENE13, o resultado obtido no indicador à reflete o fato de existência de haver apenas um Fiscal Federal Agropecuário envolvido nas atividades da área de material genético para multiplicação animal, e da necessidade de se ter mais alguém inteirado com as normas e leis vinculadas a área. Também a irregularidade na liberação de recursos para atender às demandas e os valores insuficientes disponibilizados, no exercício, impossibilitaram a obtenção de melhores resultados.

VIGIFITO1, 55%; IPVEGETAL2, 54%; FISCGENE, 44%; FISAGROTOX, 57% e; FISCORGEN, 50%. VIGIFITO1 condiciona o resultado alcançado a três fatores: atraso no repasse dos recursos financeiros para ADAB, destinados ao convênio 2012 e sua conseqüente prorrogação para o exercício de 2013, afetando sobremodo a execução das atividades programadas; a seca que assolou a região Nordeste, particularmente o estado da Bahia, causando perdas na produção e redução do trânsito de vegetais e conseqüentemente reduziu o número de fiscalizações nos postos de barreiras fitossanitárias, alterando o quantitativo das metas físicas programadas e; limitações financeiras impostas pelo Decreto Presidencial nº 7.446, de 01 de março de 2011, alterando significativamente a execução da programação de 2012. IPVEGETAL2 justifica que dos 215 estabelecimentos registrados no Setor de Bebidas 45 são importadores/exportadores e aproximadamente 20% são ativos, ficando os demais à margem da fiscalização por não haver necessidade de serem inspecionados, mesmo com seus registros ativos por um período de dez anos a partir da sua concessão, o que vem, por conseguinte, mascarar tal indicador. FISCGENE atribui o resultado obtido no indicador à existência de apenas um Fiscal Federal Agropecuário envolvido nas atividades da área de material genético para multiplicação animal, e da necessidade de se ter mais alguém inteirado com as normas e leis vinculadas a área. Também a irregularidade na liberação de recursos para atender às demandas e os valores insuficientes disponibilizados, no exercício, impossibilitaram a obtenção de melhores resultados. FISAGROTOX justifica que a não ocorrência de fiscalização em três empresas das sete existentes se deu em função das mesmas só produzirem componentes químicos que são utilizados na formulação de produtos agrotóxicos. Tais materiais não são regidos pela legislação de agrotóxicos e afins e neste sentido não estão passíveis de fiscalização, independente da obrigatoriedade do Registro das empresas e; FISCORGEN aponta para dificuldades de se precisar o quantitativo de agricultores que cultivam Organismos Geneticamente Modificados, já que não é obrigatório o registro dos mesmos, não sendo possível se determinar o universo com precisão e, portanto, o resultado do indicador fica prejudicado.

Apenas duas Ações apresentaram desempenho ruim para o indicador no exercício: FISCAGRIC13, 23%; e FISPROVET13, 21%. Quanto ao FISPROVET13, justifica o baixo desempenho à existência de um número expressivo de estabelecimentos no Estado, sendo praticamente impossível que a Unidade possa fiscalizar todos eles. Deste modo, as fiscalizações são direcionadas àqueles mais representativos.

Seis Ações CERTORGAN13, 94%; FEBREAFTO13, 100%; FISFECOI13, 100%; INSPANIMAL13, 100%; PCEVEGETAL13, 100 % e VIGIFITO13, 100% apresentaram durante o ano de 2013 percentuais ótimos medidos pelo indicador.

2.3.1.4. Indicador de Economicidade

Mede o resultado alcançado pela Ação em relação ao ano anterior. Se o indicador é negativo: indica ter havido uma redução de custo da Ação no presente exercício. Este Indicador será empregado apenas na Ação MANUTSFAS.

Fórmula de cálculo: **Economicidade = ((CTR2013 : CTR2012) . 100) - 100**

CTR2013 = Custo total realizado em 2013.

CTR2012 = Custo total realizado em 2012.

Resultados da Ação **MANUTSFAS**.

Realizado 2013	CTR2013 = Custo Total Realizado em 2013	R\$	1.274.335,68
Realizado 2012	CTR2012 = Custo Total Realizado em 2012	R\$	1.172.511,31
Indicador	Economicidade = ((CTR2013 : CTR2012) . 100) – 100	%	8,68

É muito difícil a definição de indicadores de desempenho para monitoramento dos resultados na atividade-meio. Porém, em relação às despesas da unidade, elas foram realizadas de forma prudente e coerente. O índice de Economicidade do PI MANUTSFAS13, da ordem de 8,68% aponta para uma redução, ainda que não muito significativa, de custo com a manutenção da Superintendência, no exercício de 2013, vez que no exercício anterior esse índice próximos de 30% MANUTSFAS atribui essa redução a uma política de austeridade de controle de custos contínua implementada pela DAD e que já começa a surtir efeito.

A DAD - Divisão de Apoio Administrativo executou as suas atividades, em 2013, com base nos recursos provenientes do Plano Interno - MANUTSFAS1, inserido no Programa de Apoio Administrativo do Ministério do Planejamento e sob gerenciamento do MAPA.

No gerenciamento dos gastos, a DAD tem uma preocupação toda especial com as despesas referentes à vigilância e segurança, bem como, limpeza e conservação: estando os mesmos dentro dos limites estabelecidos pelos Órgãos Federais competentes. Convém observar, no entanto, que mesmo com as limitações impostas, os trabalhos da Unidade foram realizados com muito esforço, dedicação e criatividade, para que as demandas solicitadas pelos Serviços da Área Fim fossem atendidas da melhor forma possível. Vale ressaltar que nas decisões tomadas foram observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

(Item 3 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

3.1. Estrutura de Governança

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 22 (A.3.2). Avaliação do sistema de controles internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e			X		

alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
A estrutura de controle é preliminarmente elaborada pela Sede e transferida para a UJ onde ao ser implantada pode ser adaptada. Quanto aos sistemas, estes são elaborados pelos Órgãos Centrais e alimentados pela UJ.					
Demora no desenvolvimento dos processos de controle e sua disseminação e implantação nas UJ.					
Insuficiência de quadro de pessoal nas especificidades, para atender às demandas de consolidação e acompanhamento da Gestão Estratégica e as novas características de relacionamento com os cidadãos.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3. Remuneração Paga a Administradores

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

3.4. Sistema de Correição

Não existe Sistema de Correição na SFA/BA.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Não existe Sistema de Correição na SFA/BA.

3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A UJ não instituiu indicadores para acompanhamento do modelo de governança.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Item 4 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

4.1. Execução das despesas

4.1.1. Programação

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 23 (A.4.1.2.1). Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	130002	130029	2012221052000/00001			1.233.917,54
Recebidos	420013	130029	2012221052000/00001			36.175,04
Recebidos	130007	130029	20125202820ZX/00001			1.224.475,72
Recebidos	420013	130029	20125202820ZX/00001			6.385,26
Recebidos	420013	130029	2054120148593/00001			13.260,18
Recebidos	420013	130029	20608201420ZV/00001			45.992,74
Recebidos	130007	130029	20609202820ZW/00001			2.562.727,29
Recebidos	420013	130029	2066520148606/00001			7.144,44
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130002	130029	2012221052000/00001	139.981,80	-	-
Recebidos	130007	130029	20609202820ZW/00001	774.000,00	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SIAFI

Quadro 24 (A.4.1.2.2). Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SIAFI

4.1.3. Realização da Despesa

4.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

4.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 25 (A.4.1.3.5). Despesas por modalidade de contratação - Créditos de movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.500.202,98	1.527.261,25	1.380.587,33	1.527.261,25
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.500.202,98	1.527.261,25	1.380.587,33	1.527.261,25
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	445.132,44	490.297,27	311.587,93	490.297,27
h) Dispensa	380.179,41	417.658,25	311.587,93	417.658,25
i) Inexigibilidade	64.953,03	72.639,02	-	72.639,02
3. Regime de Execução Especial	11.424,79	34.090,76	11.424,79	34.090,76
j) Suprimento de Fundos	11.424,79	34.090,76	11.424,79	34.090,76
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	686.231,75	1.037.289,49	686.231,75	1.035.413,31
k) Pagamento em Folha	-	72.329,93	-	72.329,96
l) Diárias	686.231,75	964.959,56	686.231,75	963.083,38
5. Outros	4.068.496,30	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	6.025.256,51	3.088.938,77	2.389.831,80	3087.062,59

Fonte: SEOF/SIAFI

4.1.3.3. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 26 (A.4.1.3.6). Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
3190.08 - Outros Benefícios Assistenciais	-	72.329,93	-	72.329,93	-	-	-	72.329,93
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.14 - Diárias - Civil	686.231,75	964.959,56	686.231,75	964.959,56	-	-	-	963.083,38
3390.30 - Material de Consumo	442.873,03	299.661,53	348.203,18	299.661,53	94.669,85	19.146,34	-	263.841,26
3390.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	138.596,60	153.065,72	138.596,60	153.065,72	-	-	-	153.065,72
Demais elementos do grupo	6.025.256,51	4.026.105,19	2.558.279,59	4.026.105,19	3.372.307,07	42.562,83	-	2.558.279,59
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
4430.42 – Auxílio	774.000,00	1.941.587,00	-	1.941.587,00	774.000,00	-	-	1.941.587,00
4490.52 - Equipamentos e Material Permanente	139.981,80	181.399,76	137.981,80	181.399,76	-	130.238,00	2.000,00	49.891,76
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SIAFI.

4.1.3.4. Análise crítica da realização da despesa

As descentralizações de crédito não sofreram alterações em relação ao exercício anterior. As despesas realizadas em 2013 as despesas realizadas no exercício de 2013, com créditos recebidos por movimentação, tiveram sua execução determinada conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal, regulamentado na Lei nº 8.666/93, editada em 21 de junho de 1993, que instituiu as normas para licitação e contratos da Administração Pública. As referidas despesas foram efetivadas obedecendo aos princípios administrativos de: legalidade, só tendo sido praticado o que a lei autoriza; impessoalidade, efetuando-se apenas atos que a norma de direito indica e expressa como de forma impessoal e tratando todos os administrados sem discriminações ou benefício; moralidade, agindo somente de acordo com a lei, mas também de acordo com princípios éticos, pois nem tudo que é legal é honesto; publicidade, mantendo plena transparência com a divulgação oficial dos atos para o conhecimento público e; eficiência, realizando-se as atribuições com a máxima presteza, perfeição e rendimento possível, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

O quadro 25 apresenta as contratações diretas onde estão incluídas despesas com serviço e fornecimento de água, eletricidade e correios, através de termo de contrato, que são considerados de natureza continuada.

Vale salientar que as despesas correntes constituem-se despesas de natureza operacional, com a manutenção e o funcionamento da Superintendência, e as despesas de capital destinaram-se à aquisição de materiais permanentes, tais como, aquisição de aparelhos de ar condicionado, móveis de escritório, e eletrodomésticos.

4.2. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro 27 (A.4.2). Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
3.3.9.0.92.37		Locação de Mão de Obra			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
130029	05429384/0001-86	25.087,96	25.087,96		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.29		Outros Serviços de Terceiros - PJ			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
130029	15139629/0001-94	489,64	489,64		0,00
130029	02964393/0001-89	305,25	305,25		0,00
130029	02964393/0001-89	287,29	287,29		0,00
130029	02964393/0001-89	1.834,21	1.834,21		0,00
130029	02449992/0142-03	200,00	200,00		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.93		Indenizações e Restituições			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
130029	226252081-04	371,93	371,93		0,00
130029	891001405-97	128,87	128,87		0,00
130029	206701925-20	348,93	348,93		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
33390.93.01		Indenizações			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
130029	00141269/0001-98	26.038,81	26.038,81		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
33390.93.02		Restituições			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
130029	292027365-53	345,19	345,19		0,00
130029	157736635-20	40,00	40,00		0,00
130029	025124915-87	50,00	50,00		0,00
130029	578462605-10	118,01	118,01		0,00
130029	082619465-68	160,01	160,01		0,00
130029	110152255-00	119,99	119,99		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
33390.37.02		Limpeza e Conservação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
130029	12095751/0001-18	4.978,00	4.978,00		0,00

Fonte: SEOF/SIAFI

4.2.1. Análise Crítica

Não houve passivos para reconhecimento

4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 28 (A.4.3). Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores (em R\$ 1,00)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	0,00	178.926,34	13.021,83	0,00
2011	0,00	292.049,54	25525,19	0,00
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	0,00	33.525,26	0,00	0,00
2011	0,00	3.150,00	0,00	0,00
...				

Fonte: SEOF/SIAFI

4.3.1. Análise Crítica

Os pagamentos sempre são demorados devido à lentidão na liquidação das despesas, é comum sempre se anular empenhos de RP por não conclusão da despesa pela Unidade. Conforme a legislação a nossa Unidade não tem mantido os valores de RP por mais de um exercício.

4.4. Transferências de Recursos

4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 29 (A.4.4.1). Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA									
CNPJ: 00396895/0024-11					UG/GESTÃO: 130029/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (em R\$ 1.000,00)		Valores Repassados (em R\$ 1.000,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumula do até o Exercício	Início	Fim	
1	755769	03057966/0001-53	7.754,27	127,60	-	7.754,27	05/07/11	31/12/13	6
1	772001	03057966/0001-53	1.026,17	642,63	-	1.026,17	06/07/12	31/12/13	6

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa

4 - Termo de Compromisso

4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SePA/SIAFI e SICONV.

4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 30 (A.4.4.2). Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ:	00396895/0024-11					
UG/GESTÃO:	130029/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	1	1	1	0,00	4.519.386,00	4.261.066,14
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	1	1	1	0,00	4.519.386,00	4.261.066,14

Fonte: SePA/SIAFI e SICONV.

4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 31(A.4.4.3). Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ: 00396895/0024-11			UG/GESTÃO: 130029/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	1.143.356,00	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	6.977.370,00	-	-

Fonte: SePA/SIAFI e SICONV

4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 32 (A.4.4.4). Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse. Posição 31/12 (em R\$ 1,00)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA						
CNPJ: 00396895/0024-11		UG/GESTÃO: 130029/00001				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas			-	-	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
			Quantidade Reprovada	-	-	
			Quantidade de TCE	-	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	-	
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
				Quantidade Reprovada	-	-
	Quantidade de TCE	-		-		
	Montante Repassado (R\$)	-		-		
	2012	Quantidade de contas prestadas			-	-
Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	-	-		
		Quantidade Reprovada	-	-		
		Quantidade de TCE	-	-		
		Montante repassado	-	-		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-	-		
	Montante repassado (R\$)	-	-			
2011	Quantidade de Contas Prestadas			-	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-		
		Quantidade Reprovada	-	-		
		Quantidade de TCE	-	-		
		Montante Repassado	-	-		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
Montante Repassado		-	-			
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	2	-		
		Montante Repassado	8.120.726,00	-		

Fonte: SePA/SIAFI e SICONV

4.4.5. Análise Crítica

Os Convênios plurianuais 755769/2011 e 772001/2012 que foram pactuados entre o MAPA e a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB que estavam em execução na Unidade foram rescindidos, de comum acordo, em 31/12/2013 na mesma data foi assinado o Convênio 794626/2013 para da continuidade às ações de defesa agropecuária no Estado da Bahia.

A execução das atividades de sanidade agropecuária são de grande importância para o Estado da Bahia principalmente devido aos acordos bilaterais para exportação de frutas a exemplo de manga,

uva, mamão e a manutenção de área livre de pragas como a Sigatoca negra, no caso específico da bananicultura, apoio aos grupos de trabalho instituídos para o combate em diversas culturas (algodão e outros) à lagarta “helioverpa armígera” no oeste da Bahia; implantação do programa de certificação na origem de citros (laranja e limão thaiti) para exportação, na região do litoral norte da Bahia mais a manutenção da Bahia na condição sanitária de zona livre de febre aftosa.

A gerência do montante pactuado referente à etapa atual da execução é efetuada tendo como ferramentas os sistemas SIAFI e SICONV. A designação de Fiscais Federais Agropecuários para o acompanhamento “in loco” dos convênios em curso, medida que a UJ já utilizava, bem como o acompanhamento das ações e objetos pactuados através dos planos de trabalho contratados, objetivam o acompanhamento fiscalização e gerência das transferências.

No que tange às análises das prestações de contas, as transferências expiradas até 2011 estão concluídas, no entanto, por falta de cumprimento de algumas medidas saneadoras, não lograram ter aprovação registrada. Cabe ressaltar, contudo, que a UJ não possui transferências em situação de inadimplência. A UJ apresenta ainda carência de pessoal, de modo que as prestações de contas das transferências são efetuadas cumulativamente com outros serviços, no entanto, com a introdução dos convênios plurianuais, a simplificação do modo de análise das prestações de contas, e o uso do sistema SICONV, são novos procedimentos e recursos materiais que contribuem para evolução, ainda que não seja a desejável, da eficiência e eficácia para melhor desenvolvimento das ações.

As transferências de recursos do MAPA para o Órgão Executor Estadual é importante considerando que as ações de Defesa Animal, por delegação de competência, são por ele executada e esses recursos são imprescindíveis para manutenção técnica e estrutural de suas atividades.

4.5. Suprimento de Fundos

4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro 33 (A.4.5.1). Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (série histórica) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-		01	100,00	41	11.324,79	11.424,79
2012	-		07	920,46	147	33.667,77	34.588,23
2011	-		04	374,02	180	7.619,55	7.993,57

Fonte: SEOF/SIAFI

4.5.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

A UJ não utiliza conta tipo “B”

Quadro 34 (A.4.5.2). Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por UG e por suprido (conta tipo “B”) Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	Empenho				Nome da UG		Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
Suprido	CPF	Nº	Data	ND	Finalidade	Valor		
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Utilizado pela UG								

Código da UG 2					Nome da UG	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
					Total Utilizado pela UG	-
					Total Utilizado pela UJ	-

Fonte: SEOF/SIAFI

4.5.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 35 (A.4.5.3). Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador

Código da UG 1	130029	Limite de Utilização da UG	50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ANTONIO CARLOS D. SANTOS	025124915-87	-	100,00	1.816,91	1.916,91
HÉLIO HIGINO MOTA	075269115-53	-	0,00	2.135,50	2.135,50
MARCUS VINICIUS RAPOSO	165153585-04	-	0,00	3.835,01	3.835,01
MURILO SIMÕES MDLEJ SILVA	217800305-25	-	0,00	3.537,37	3.537,37
Total Utilizado pela UG			100,00	11.324,79	11.424,79
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG			100,00	11.324,79	11.424,79
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: SEOF/SIAFI

4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 36 (A.4.5.4) Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas							0	0,00	1	270,00	0	0,00
PC aguardando Análise							0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise							0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas							01	1.050,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas							19	11.424,79	47	33.820,76	13	7.894,94

Fonte: SEOF/SIAFI

4.5.5. Análise Crítica

Na gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos, no exercício de 2013, informamos que esta Superintendência buscou estabelecer procedimentos de controle interno visando manter critérios rigorosos na utilização dos referidos recursos. Assim sendo, o montante dos recursos utilizados através da concessão de suprimentos de fundos, visou atender a uma demanda específica de necessidade urgente, ou de natureza emergencial, em áreas técnicas e administrativas, em conformidade com a legislação em vigor. Ressaltamos, que além da utilização de recursos em períodos de deslocamentos de servidores em viagens de serviço nesta Superintendência, também foram utilizados recursos na aquisição de materiais diversos, de pequeno vulto, visando suprir e atender a demandas que colocavam em risco a continuidade na execução das atividades diárias, dos servidores nesta SFA/BA, atentando para a excepcionalidade de utilização dos mesmos. Salientamos ainda, que os critérios adotados para a concessão dos valores solicitados

através de suprimentos de fundos, passam pela análise minuciosa da documentação específica, apresentada por cada segmento desta Unidade Gestora, até a verificação da regularidade em sua aplicação, pelos servidores da seção financeira e posteriormente pelo Ordenador de Despesas. Esse controle está evidenciado na redução significativa em relação ao exercício anterior.

4.6. Renúncias sob a Gestão da UJ

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS
(Item 5 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

5.1. Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1. Lotação

Quadro 37 (A.5.1.1.1). Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	255	250	0	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	255	250	0	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	249	244	0	20
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	6	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	256	251	0	20

Fonte: CGAP/SE

5.1.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 38 (A.5.1.1.2). Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)*	7
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)**	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0

7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	8
---	---

Fonte: CGAP/SE

*O total de servidores cedidos contempla todos os servidores/empregados na situação "08". Não possuímos informações quanto à divisão de quais servidores estão ou não em exercício de cargos em comissões nos Órgãos aos quais encontram-se cedidos. O número nesta linha refere-se aos cedidos, somado ao número de servidores/empregados na célula " B7"

**Tratam-se de empregados anistiados que se encontram em exercício externo § 7 do art.93 da Le 8112/90.

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 39 (A.5.1.2.1). Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	3	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	3	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	3	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas *	17	17	3	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	17	3	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	30	30	6	2

Fonte: CGAP/SE

*Soma do total de ocupantes das funções dos grupos FCT (Função Comissionada Técnica), SGR (Função Gratificada) RGM (Representação de Gabinete)

5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 40 (A.5.1.2.2). Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (situação em 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	3	12	18	87	62
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	12	18	87	62
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de Cargo em Comissão	0	0	9	12	9
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	5	4	4
2.3. Funções Gratificadas	0	0	4	8	5
3. Totais (1+2)	3	12	27	99	71

Fonte: CGAP/SE

5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo Escolaridade

Quadro 41 (A.5.1.2.3). Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (situação em 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	3	8	82	89	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	8	82	89	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	2	1	8	19	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	3	9	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	1	1	5	10	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	5	9	90	108	0	0	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGAP/SE.

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 42 (A.5.1.3). Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	25.484.047,51	-	6.433.533,16	2.642.042,16	1.198.653,55	319.019,73	212.734,33	434.109,55	428.300,90	37.152.441,72
	2012	17.058.920,66	-	17.893.424,77	4.249.584,41	1.064.729,51	251.731,00	218.794,32	491,15	23.595,06	40.761.270,88
	2011	16.740.373,23	-	17.386.458,18	4.450.419,98	1.039.882,71	264.398,00	257.874,73	-	90.062,99	40.229.469,82
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	138.653,03	-	130.813,29	-	4.256,00	-	8.437,25	-	-	282.159,57
	2012	26.474,10	-	21.967,56	3.669,94	912,00	156,00	-	-	-	53.179,60
	2011	211.454,92	-	197.545,39	7.339,88	6.992,00	2.380,97	-	-	-	425.713,16
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	2.120.898,95	192.822,42	212.704,01	155.508,27	61.824,08	37.654,97	27.400,13	-	53.244,00	2.862.056,83
	2012	1.231.529,19	190.733,98	1.175.792,48	305.581,49	51.096,70	30.555,33	55,44	-	-	2.985.344,61
	2011	1.073.431,87	228.754,59	1.066.418,60	258.877,40	47.448,52	30.346,74	21.471,31	-	10.155,77	2.736.902,80
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	1.558.311,17	84.713,28	253.177,54	98.420,67	94.599,70	33.777,46	20.467,46	-	25.287,37	2.168.754,65
	2012	1.076.521,11	80.018,27	483.886,33	125.829,69	77.245,03	29.488,25	17.967,14	-	-	1.890.955,82
	2011	904.602,61	77.117,96	596.089,99	147.984,67	73.065,80	37.293,45	21.578,69	-	-	1.857.733,17

Fonte: DW/Siapenet.

5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 43 (A.5.1.4.1). Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral*	153	20
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	97	0
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	250	20

Fonte: DW/Siapenet.

5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 44 (A.5.1.4.2). Instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	165	0
1.1. Integral	98	0
1.2. Proporcional	67	0
2. Em Atividade	322	99
3. Total (1+2)	487	99

Fonte: DW/Siapenet

5.1.5. Cadastramento no Sisac

5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 45 (A.5.1.5.1). Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	20	05	20	05
Concessão de pensão civil	12	20	12	20
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	04 *	-	04 *
Totais	32	25	32	25

Fonte: SGP.

*Não cumulativo

5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro 46 (A.5.1.5.2). Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	-	01	-	01
Cancelamento de concessão	01	01	01	01
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	01	02	01	02

Fonte: SGP.

5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro 47 (A.5.1.5.3). Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	17	03	-	-
Concessão de pensão civil	06	06	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	23	09	-	-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	01	-	-	-
-	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	01	-	-	-

Fonte: SGP.

5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não existiram atos sujeitos à remessa física.

Quadro 48 (A.5.1.5.4). Atos sujeitos à remessa física ao TCU (art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-

Fonte: SGP.

5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não existe acumulação indevida de cargos, funções ou empregos públicos. A UJ não tem controle interno para este objetivo nem o órgão Central de Administração de Pessoal.

5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Prejudicado, não houve a ocorrência do item 5.1.6

5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A SFA/BA não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Como Unidade integrante do Ministério da Agricultura, opera com todos os instrumentos elaborados e disponibilizados pelo Órgão Central, para que haja uniformização de procedimentos a nível nacional.

5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não existem terceirizados para as atividades do Plano de Cargos da UJ.

Quadro 49 (A.5.2.1). Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte: DAD.

5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.

Não foram expedidas autorizações, vez que não existem terceirizados para as atividades do Plano de Cargos da UJ.

Quadro 50 (A.5.2.2). Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Informação da Secretaria de Gestão do MPOG			

Fonte: DAD.

5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 51 (A.5.2.3). Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA													
UG/Gestão: 130029/00001						CNPJ: 00.396.895/0024-11							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	02/2012	05.429.384/0001-86	01/07/12	30/06/13			8	8			A
2013	V	O	02/2012	05.429.384/0001-86	01/07/13	30/06/14			15	12			P
2011	L	O	04/2011	12.095.751/0001-18	01/07/12	30/06/13	7	7					P
2013	L	O	04/2011	12.095.751/0001-18	01/07/13	30/06/14	7	7					P

Observação:
Todos os processos de terceirização de serviços na SFA/BA foram desenvolvidos levando em consideração as deliberações contidas no Acórdão nº 1520/2006 – Plenário.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DAD.

5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 52 (A.5.2.4). Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA													
UG/Gestão: 130029/00001						CNPJ: 00.396.895/0024-11							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	03/2013	11.156.919/0001-26	01/05/13	30/04/14			01	01			A
2013	5	O	03/2013	11.156.919/0001-26	01/05/13	30/04/14			02	02	01	01	P

Observação:

LEGENDA
Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DAD.

5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Os contratos foram executados sem nenhuma interrupção. Em 2013 a administração houve por bem, por questão de economia, efetivar através Termo Aditivo, a redução de um posto de vigilância.

5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 53 (A.5.2.6). Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	23	22	20	18	125.887,60
1.1 Área Fim	-	-	-	-	
1.2 Área Meio	-	-	-	-	
2. Nível Médio	12	12	10	10	
2.1 Área Fim	-	-	-	-	44.787,59
2.2 Área Meio	-	-	-	-	
3. Total (1+2)	35	34	30	28	

Fonte: CGAP/SE.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

(Item 6 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

- Os procedimentos para a utilização da frota de veículos estão sendo seguidas conforme o estabelecido no Decreto nº. 6.403 de 17-03-2008 e a IN 03 de 15-05-2008.

- A Unidade só poderia exercer sua atividade fiscalizadora utilizando a atual frota de veículos face a existência de pontos a serem fiscalizados em toda extensão territorial do Estado.

- Quantidade de veículos sob responsabilidade da Unidade 81. E em atividade 73.

- No exercício de 2013 a frota da Unidade percorreu 561.558 Km.

- A idade média da frota da Unidade é de 04 (quatro) anos.

- Custos da manutenção da frota:

· Custo de Manutenção R\$ 165.100,68

·Custo com Combustíveis R\$ 189.854,56

·Custos com seguro obrigatório R\$ 8.586,00

- Não, a Unidade não elaborou plano de substituição de frota face ao quantitativo atual, que dá para atender as demandas bem como a idade média da frota ser de 04(quatro) anos.

- A Unidade não adquiriu veículos no ano de 2013.

- A SFA/BA através do STR utiliza os seguintes controles para prestação eficiente dos serviços:

· Sistema de Controle de Veículos Automotores - SCVA - Portaria MAPA 191 de 23/10/2012.

·Acompanhamento do fluxo de veículos através do desempenho da utilização de combustível.

· Manutenção preventiva e corretiva.

Fonte STR

6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 54 (A.6.2.1). Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF Bahia	04	21
	Anguera	-	01
	Bom Jesus da Lapa	-	01
	Camaçari	-	02
	Catu	-	01
	Eunápolis	01	-
	Ipirá	-	01
	Itaberaba	-	-
	Itabuna	-	02
	Itanhém	-	-
	Juazeiro	-	01
	Lençóis	-	02
	Medeiros Neto	-	01
	Palmeiras	-	01
	Poções	-	01
	Salvador	02	03
	Santa Inês	-	01
	Serra Preta	-	01
Tremedal	-	01	
Vitória da Conquista	01	01	
Subtotal Brasil		04	21
EXTERIOR	Não se Aplica	-	-
	Não se Aplica	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		04	21

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro 55 (A.6.2.2). Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
130029	3849.00437.500.9	15	5	1.744.254,00	28/02/12	2.312.746,92	-	-
130029	3849.00439.500.0	12	3	1.000.000,00	28/08/12	30.110.960,00	-	-
130029	3965.00041.500.4	15	5	400.000,00	01/10/12	555.000,00	-	-
130029	3117.00014.500.6	15	5	576.000,00	22/06/12	1.284.088,22	-	-
Total							-	-

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

Análise Crítica

Foi constituída através da Portaria nº. 000105 de 21 de março de 2012, Comissão encarregada de informar a real situação dos Bens Imóveis, sob a jurisdição desta SFA/Ba, permitindo a Gestão a adoção de medidas efetivas para o desfazimento dos mesmos, através de reversão a SPU/Ba.

Foram efetuados os seguintes serviços pela Comissão, em 21 Bens Imóveis:

- Abertura de Processo

- **Programação:** Com datas para deslocamento / pedido de recursos / material;

- **visita “in loco”** das bases físicas;

- **Laudo de Avaliação;** (contamos com o apoio das Prefeituras locais, para atualização dos seguintes dados: área/ localização do imóvel/ valor atual do terreno e benfeitorias);

- **Memorial Descritivo;** (contamos com o apoio das Prefeituras locais, para atualização dos seguintes dados: área/ localização do imóvel/ valor atual do terreno e benfeitorias);

- **Tiragem de fotos** do Bem Imóvel;

- **Atualização** da data e valor da avaliação no Sistema SPIUNET;

- **Encaminhamento dos Processos** as CJU-BA/CGU/AGU, para análise jurídica;

- **Reversão dos Bens Imóveis a SPU/Ba**, atendendo a PARECERES jurídicos;

- **Baixa no Sistema SIAFI**, dos Bens Imóveis revertidos.

Observação: Efetuamos a reversão de 18 Bens Imóveis, para a SPU/Ba, conforme descrito abaixo:

01- Conjunto de Silos de Anguera – Processo nº. 21012.000756/2012-31;

02- Campo de Irrigação de Bom Jesus da Lapa – Processo nº. 21012.000748/2012-95;

03- Usina de Beneficiamento de fibra de coco de Camaçari – Processo nº. 21012.000758/2012-21;

04- Campo de Produção de sementes e mudas de coco de Camaçari – Processo nº. 21012.002018/2008-42;

05- Usina de Beneficiamento de mandioca de Catu – Processo nº. 21012.000757/2012-86;

06- Conjuntos de Silos de Ipirá – Processo nº. 21012.000750/2012-64;

07- Prédio em Itabuna – Processo nº. 21012.000765/2012-22;

08- Posto Agropecuário de Itabuna – Processo nº. 21012.000764/2012-88;

09- Campo de Irrigação de Salitre – Juazeiro – Processo nº. 21012.000763/2012-33;

10- Usina de Beneficiamento de Mandioca de Lençóis – Processo nº. 21012.000761/2012-44;

11- Posto Agropecuário de Lençóis – Processo nº. 21012.000762/2012-99;

12- Posto Agropecuário de Medeiros Neto – Processo nº. 21012.000760/2012-08;

13- Posto Agropecuário de Palmeiras – Processo nº. 21012.000749/2012-30;

14- Posto agropecuário de Poções – Processo nº. 21012.000751/2012-17;

15- IV DNMET – Processo nº. 21012.002026/2008-99;

16- Terreno em Santa Inês – Processo nº. 21012.000753/2012-08;

- 17- Conjuntos de Silos de Serra Preta – Processo nº. 21012.000752/2012-53;
 18- Usina de Beneficiamento de Algodão de Carafbas – Processo nº. 21012.002839/2009-60.

Elaboramos Processos para Avaliação e Memorial Descritivo atualizado dos Bens Imóveis, que continuam sob a jurisdição desta SFA/Ba, conforme descrito abaixo:

- 01- Ed. Ceres e Prédio Anexo (sede SFA/Ba) – Processo nº. 21012.000754/2012-42;
 02-Horto Florestal – Cabula (depósito de materiais da SFA/Ba) – Processo nº. 21012.000707/2010-37;
 03- Prédio em Vitória da Conquista (sede da Representação Regional da SFA/Ba) – Processo nº. 21012.000755/2012-97. Gostaríamos de ressaltar e agradecer à Superintendente e ao Diretor Administrativo SFA/Ba, todo o apoio, incentivo e orientações necessárias à realização dos trabalhos descritos.

6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não existem imóveis funcionais sob responsabilidade da UJ.

Quadro 56 (A.6.2.3). Discriminação de imóveis funcionais da união sob responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	-	-	-	-	-	-	-
Vazios	-	-	-	-	-	-	-
Total -							

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não existem imóveis locados de Terceiros pela UJ.

Quadro 57 (A.6.3). Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	Não se aplica	-	-
	Não se aplica	-	-
Subtotal Brasil		-	-
	Não se aplica	-	-
	Não se aplica	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

Análise Crítica

Não se aplica

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

(Item 7 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 58 (A.7.1). Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.

	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
X	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
As questões de TI são definidas pelo Órgão Central – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, ligada à Secretaria Executiva do MAPA, restando a esta Unidade a manutenção e alimentação dos sistemas aprovados.	

7.1.1. Análise Crítica

As questões de TI são definidas pelo Órgão Central – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, ligada à Secretaria Executiva do MAPA, restando a esta Unidade a manutenção e alimentação dos sistemas aprovados. Merece destaque a necessidade de prover a Unidade de servidores especializados nesta área de TI.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(Item 8 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 59 (A.8.1). Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
	A SFA/BA celebrou Termo de Cooperação com a CJU/BA que se refere ao Edital Eficiente.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
	A SFA/BA celebrou Termo de Cooperação com a CJU/BA que se refere ao Edital Eficiente.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	Equipamentos				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
	Sim quando possível e desde que haja possibilidade de descentralização de créditos orçamentários pelo Órgão Central.				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					X
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia,					

possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

Considerações Gerais: Considerações Gerais: O objetivo da Divisão de Apoio Administrativo desta SFA/BA é assegurar a logística operacional as Atividades desenvolvidas pela SFA, tanto na sede como nas unidades descentralizadas, com destaque para as Atividades fim. A SFA executa uma série de atividades na Sede e nas Unidades descentralizadas com vistas a assegurar a produção, o comércio e a distribuição de insumos, serviços e produtos agropecuários aos diversos segmentos do agronegócio. As atividades desenvolvidas pelo PI-MANUTSFA13 são suporte operacional, administrativo e logístico as Unidades Descentralizadas e Sede e é a provedora dos meios e facilidades para que as mesmas ocorram conforme definição pelos normativos vigentes. Os critérios de sustentabilidade ambiental definidos nos editais elaborados pela SFA/BA, quando for o caso, atendem às definições estabelecidas no GUIA PRÁTICO DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO, disponibilizado no site da AGU, cumprindo com o Acordo de Cooperação nº 08/2012, assinado em 02/05/2012 entre a SFA/BA e a Consultoria Jurídica da União no Estado da Bahia. A metodologia utilizada pela área de apoio das Superintendências está calcada em sistemas definidos pelo órgão central, sistemas estes que são responsáveis pela administração de pessoal, de material de almoxarifado, de patrimônio de transportes e ainda o orçamentário/financeiro. As equipes são multidisciplinares, não sendo raro uma mesma equipe executar mais de uma operacionalização do sistema, decorrente da carência de servidores, desta área. A SFA/BA adquiriu equipamentos visando implantar a coleta seletiva solidária de resíduos recicláveis em sua Sede. No exercício de 2013, visando se adequar as normas contidas no Decreto nº 5.940/2006. A SFA/BA tem desenvolvido ações com o propósito de contribuir com a conscientização dos servidores para o consumo racional de energia elétrica, água, telefonia, bem como no descarte adequado de material reciclado, instalando nas dependências no Órgão, coletores sinalizados para a coleta desses materiais. No exercício de 2013, houve redução no consumo de energia elétrica na ordem de **19,25% (313.321 kw em 2012 – 243.020 kw em 2013)**, e de água em torno de **29,62% (2.745 m³ em 2012 - 1.932 m³ em 2013)**, comparado com o consumo de 2012. No exercício de 2013, a SFA/BA obteve um aumento nos créditos orçamentários no PI MANUTSFAS13, em torno de 8,9%, tendo em vista a necessidade de suprir as Unidades Técnicas Descentralizadas, em equipamentos (móveis), visando uma melhoria na condição de trabalhos dos servidores técnicos e administrativos no exercício de suas atribuições.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 60 (A.8.2). Consumo de papel, energia elétrica e água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Programa da COELBA – Tarifa Verde		2013		Econômia de 19,62%		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	182 Cxs	127Cxs	485 Cxs	18.418,40	12.852,40	48.827,25
Água	1.932 m ³	2.745 m ³	1.818 m ³	20.693,05	32.338,12	17.720,48
Energia Elétrica	243.020 KW	313.321 KW	281.823KW	160.083,44	171.876,31	185.792,39
			Total	199.194,89	217.066,83	251.940,12

Fonte: DAD.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

(Item 9 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberação atendida no exercício.

Quadro 61 (A.9.1.1). Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: DDA/DPDAG

9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 62 (A.9.1.2). Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura na Bahia					2788
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC – 043.782/2012-4	7389/2013	1.7	DE	2011/2013-TCU/SECEX-BA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura na Bahia					2778
Descrição da Deliberação					
Dar ciência à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia (SFA/BA) que a não adoção de providências necessárias para redução ou eliminação de condições insalubres ou perigosas afronta ou art.7º, inc. XXII, da Constituição Federal e o art. 18 da Orientação Normativa da Secretaria de Gestão Pública do					

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
DDA e DPDAG	2778
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Os diversos Serviços apresentaram aos Setores responsáveis pela implementação, Lista de EPI's sem especificações técnicas nem quantidades demandadas, e indefinição quanto aos prazos de validade. Não houve tempo hábil para a conclusão quanto ao quantitativo/qualitativo da Lista de EPI's que atendessem às especificações exigidas.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não foram definidas as especificações, quantidades nem prazo de validade para os EPI's a serem adquiridos.	

Fonte: DDA/DPDAG

9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Não houve recomendações do OCI durante o exercício. As recomendações foram apresentadas no final de dezembro, com prazo de cumprimento para o exercício de 2014.

Quadro 63 (A.9.2.1). Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 64 (A.9.2.2). Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não havia recomendações do OCI pendente de atendimento no final do exercício.

9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A UJ não possui área de auditoria interna em sua estrutura.

9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

As declarações de bens e rendas foram entregues pelos servidores e autoridades ao SRH conforme legislação em vigor. Foram entregues também as declarações de bens relativas ao final do exercício de cargos empregos ou função.

9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 65 (A.9.4.1). Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	26	3	23
	Entregaram a DBR	248	17	231
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SGP

9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Na SFA os servidores entregam as suas declarações de Bens e Rendias (DBR) no Serviço de Gestão de Pessoas. Existe uma planilha de acompanhamento das DBR, sendo a recepção realizada tanto pela apresentação em papel como através da autorização eletrônica de acesso à informação. As declarações são agrupadas, por ano de competência, em arquivo específico.

9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não houve dano ao erário

Quadro 66 (A.9.5). Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Especificar razões

9.6. Alimentação SIASG E SICONV

Quadro 67 (A.9.6). Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, (Antonio Carlos de Miranda), CPF nº 11839066504_____, (Agente Administrativo), exercido na (Superintendencia Federal de Agricultura na Bahia) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Salvador, 28 de março de 2014.</p> <p>Antonio Carlos de Miranda (CPF)118390665-04 Agente Administrativo</p>

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

(Item 10 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade

Ouvidoria do MAPA (SEDE)
Serviço de Informação ao Cidadão (SEDE)
Carta de Serviços ao Cidadão (SEDE)

Ouvidoria do MAPA – através do Órgão Central as ocorrências pertinentes a UJ são encaminhadas e o interlocutor responsável encaminha para as áreas específicas ou responde direto ao Órgão Central que encaminha a resposta para o demandante.

Serviço de Informação ao Cidadão – Sistema eletrônico que o cidadão acessa através do site do MAPA e o responsável, em cada UJ recebe a demanda via e-mail tendo o prazo de 20(vinte) dias para atendimento.

A média de solicitações e esclarecimentos dos cidadãos tem sido de uma ao mês.

Carta de Serviço ao Cidadão – Através do site o Órgão Central disponibiliza informações dos serviços prestados e formas de acesso a esses serviços bem como dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Ratifica também o compromisso de aperfeiçoar a gestão de seus serviços e garantir um atendimento de qualidade e mais acessível ao cidadão.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes

Atualmente a UJ não dispõe de mecanismo de medição que verifique o grau de satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços que sejam resultantes da atuação da UJ.

10.3. Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião

Não foram feitas pesquisas de opinião nos 3(três) últimos anos.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

(Item 11 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A UJ usa o Sistema ASI no módulo de patrimônio para movimentação – entrada, saída, baixas, transferências de bens móveis.

No módulo de almoxarifado é feito o controle de entrada, saída e transferência dos bens de consumo.

No módulo depreciação/amortização para os controles de patrimônio e almoxarifado não estão implantados nesta UJ.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2. Declaração com Ressalva

Quadro 68 (A.11.2.2) - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Convênio a aprovar com data Expirada			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n.º	006624/T-8

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

(Item 12 do Anexo II-A da DN TCU 127/2013)

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Também foram desenvolvidas ações de atendimento às demandas vindas dos clientes externos via Ouvidoria do MAPA, do Ministério Público Federal e do Estadual e diretamente dos consumidores, com denúncias das mais diversas a respeito de irregularidades e ilegalidades no âmbito da atuação desta Superintendência.

Tratamos as denúncias como prioridade e todos os Serviços Técnicos apuram com rigor e respondem, o mais rápido possível, a todas elas. Como exemplo, podemos citar as denúncias de atividades informais, como o abate clandestino de animais, que está em voga nos noticiários de todo o Brasil, onde esta SFA atua em ação conjunta com a ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia e o MPE – Ministério Público Estadual, através do CEACON - Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor.

A carência de servidores nas áreas técnica e administrativa (Fiscais Federais Agropecuários, Agentes de Atividades Agropecuárias, Agentes de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal e Agentes Administrativos) tem sido um enorme obstáculo ao atendimento dessas demandas do público externo. Portanto, tem sido um esforço hercúleo executar estas atividades simultaneamente às atividades programadas no Plano Operativo Anual – POA, pois já não tínhamos um número adequado de servidores e com a intensificação das aposentadorias (média de idade muito alta da SFA-BA) a situação, a cada dia, agrava-se e fica mais difícil de administrar.

13. INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DO MAPA

(Item 20 do Anexo II-B da DN TCU 127/2013)

Os resultados alcançados no desempenho da Gestão Estratégica do MAPA estarão consolidados no Relatório de Gestão da Sede, sendo aqui mostradas apenas ações desenvolvidas nos objetivos do Tema Produtos e Serviços, na Perspectiva dos Processos Internos, que se referem diretamente ao trabalho da Superintendência.

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia tem investido, de forma efetiva, na modernização de sua gestão, buscando fazer cumprir suas responsabilidades institucionais e a concretização dos Objetivos Estratégicos do Ministério, visando atender, da melhor forma possível, ao seu público externo, que exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes. Atuando desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos; da defesa ao desenvolvimento agropecuário; nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo; garantindo a inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições. Ela vem alinhando seu planejamento operacional aos nossos desafios, propondo soluções que contribuam para a execução do plano estratégico: conversando, trocando ideias e compreendendo melhor cada desafio e como eles se aplicam à nossa região; criando processos que nos permitam ser cada vez mais ágil e efetivo na implementação de políticas e prestação de serviços e; usando experiências, conhecimento e criatividade para sugerir inovações e soluções na nossa forma de atuar. Essas ações têm propiciado importantes resultados nos indicadores do agronegócio, tais como: geração de empregos, aumento da renda, estímulo na produção agropecuária, interiorização do desenvolvimento, incremento da arrecadação, exportação do excedente produzido gerando divisas para a balança comercial, preservação dos nossos recursos naturais, entre tantos outros benefícios.

Os resultados foram alcançados por meio das iniciativas estratégicas contidas no Planejamento Operacional do MAPA, contempladas no Plano Plurianual, PPA 2012-2015, e nos programas gerenciados pelo Ministério. Muitas Ações desses Programas são de responsabilidade desta Unidade e tiveram importância preponderante no desempenho da Superintendência. No Quadro 23 está representada uma síntese das principais Ações de responsabilidade da SFA/BA no exercício, sendo a análise das informações já realizada ao longo deste relatório. A incorporação de melhores instrumentos de programação, controle e acompanhamento dos objetivos estratégicos, à nossa rotina operacional, tem melhorado a eficiência e a transparência na execução orçamentária física e financeira, proporcionando redução dos custos e melhorias na qualidade dos serviços oferecidos aos usuários do Ministério. Investiu-se fortemente na melhoria da infraestrutura e nos processos de trabalho; com a aquisição de veículos, mobiliários, computadores e outros equipamentos necessários, que nos ajudarão alcançar a excelência administrativa. Iniciou-se estudos no sentido de aprofundarmos o conhecimento sobre o agronegócio, por meio de pesquisas, ensaios, indicadores e ampliação da oferta de estudos de prospecção e avaliação; melhorando a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio, fundamental para o aumento da competitividade do setor. Com a adoção de políticas públicas adequadas estamos viabilizando e garantindo a segurança e qualidade dos alimentos, acesso a tecnologias e estimulando o setor a agregar valor à produção. Investindo-se no aperfeiçoamento das articulações entre o agronegócio e entidades públicas e privadas propiciamos: a conquista e manutenção de mercados para os produtos regionais; a elaboração e implementação de políticas mais adequadas ao setor; a promoção, a organização e a integração das cadeias produtivas; e a promoção do agronegócio no mercado interno e externo. Implementando-se políticas e prestando serviços com alto nível de excelência, de forma ágil e efetiva, estamos criando soluções inovadoras e efetivas, que contribuam para a sustentabilidade e competitividade do setor.

14. APLICAÇÃO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS

(Item 45 do Anexo II-B da DN TCU 127/2013)

- a) As multas geradas na UJ são fruto da ação de inspeção e fiscalização do MAPA e aplicadas estribadas em legislação específica de cada segmento, a saber:
- Fiscalização da produção de fertilizantes, corretivos e inoculantes;
Dec nº 4959 de 14/01/2004 - art 108 § 1º.
 - Fiscalização da produção de sementes e mudas;
Lei 10711 de 05/08/2003 – Dec 5153 de 23/07/2004 – Art 222 inc XII (anexo)
 - Fiscalização de produtos para alimentação animal;
Lei 8198 de 26/12/1964 – Dec 6296 de 11/12/2007.
 - Fiscalização de produtos de uso veterinário
Dec 5053 de 22/04/2004 – Art 110 § único.
 - Fiscalização, classificação, inspeção da produção de bebidas;
Lei 8918 de 14/07/94 – Dec 6871 de 04/06/2009;
Lei 7678 de 08/11/88 – Dec 8198 de 20/02/2014 (Vinhos).
 - Fiscalização da classificação de produtos e subprodutos de origem vegetal;
Dec 6868 de 22/11/2007 – Art 99 § 3º.

A ação fiscalizadora poderá gerar multa, por eventual irregularidade, o Auto de Infração gera um processo administrativo singular, que contará com um relator, que sugere penalidade a ser aplicada. Acatado o relato, emite-se notificação e GRU, cabendo recurso, que será apreciado por outro relator em segunda instância. Mantida a penalidade, emite-se nova notificação e nova GRU, que, em não sendo cumprida, será encaminhado todo o Processo para a PGFN para inscrição na dívida ativa da União, de conformidade com as determinações específicas acima elencadas.

Todos os Processos merecem parecer jurídico da CJU no estado.

- b) Todos os Processos Administrativos relativos a irregularidades detectadas na ação fiscalizadora vis-à-vis a legislação específica são remetidos à PGFN para inscrição na dívida ativa da união de conformidade com estatutos que regem as matérias.
- c) Nenhum.
- d) Nenhum.
- e) Quadro 69 Recolhimento de Multas

Recolhimento de Multas

2011 - 2013

Ação fiscalizadora	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Classificação de Vegetais	44	R\$ 257.379,02	25	R\$ 179.661,67	47	R\$ 270.405,60
Sementes e mudas	19	R\$ 83.999,20	10	R\$ 39.723,85	20	R\$ 80.672,76
Protutos Veterinários	17	R\$ 21.603,32	18	R\$ 18.000,00	23	R\$ 27.703,14
Bebidas	21	R\$ 61.381,58	9	R\$ 32.200,00	13	R\$ 34.709,78
Fertilizantes	145	R\$ 528.576,15	128	R\$ 641.156,97	120	R\$ 565.767,22
Insp Prod origem animal	7	R\$ 43.495,25	6	R\$ 83.250,12	25	R\$ 103.272,62
Alimentação animal	48	R\$ 171.678,40	27	R\$ 102.439,20	33	R\$ 123.666,17
Total	301	R\$ 1.168.112,92	223	R\$ 1.096.431,81	281	R\$ 1.206.197,29

Fonte SIAFI

15. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia é a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2012-2015, do Ministério da Agricultura, na Bahia. Nesse sentido, empenhou-se no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações compreendeu todas as regiões do Estado. Nessas regiões, o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandaram uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência foi fundamental.

Mesmo enfrentando grandes dificuldades para a realização das suas atividades, tais como: a descentralização de recursos financeiros em volume insuficientes e a periodicidade das liberações, para algumas Ações, impactando diretamente o desempenho físico; o limite de 40 diárias estabelecido pelo Decreto 7.446/2011; a falta de concurso público para atender a grande carência por servidores técnicos e administrativos e; a burocracia, atualmente necessária, na tramitação dos processos de licitação, não impediram que a SFA/BA cumprisse os seus objetivos institucionais e contribuísse, de forma marcante e decisiva, para a proteção e segurança da sociedade. Como resultados desse trabalho, podemos destacar: o estímulo na produção agropecuária; a interiorização do desenvolvimento da Bahia; o incremento da arrecadação; a exportação do excedente produzido, gerando divisas para a balança comercial; a preservação dos nossos recursos naturais; a extinção da Zona Tampão e a criação da Zona de Proteção Livre da Febre Aftosa com vacinação, impulsionando o desenvolvimento da economia regional e oportunizando novos horizontes, com a valorização do rebanho para os pecuaristas deste Estado; a ratificação de acordos bilaterais celebrados entre o Brasil e outros países; a geração de emprego e renda na exportação de frutas para o mercado internacional; a prevenção e o controle de pragas quarentenárias; a fiscalização das ações de controle do Bicudo do Algodão, no âmbito do Programa Fitossanitário do Algodão, nas Regiões Oeste e Sudoeste da Bahia; a fiscalização das ações de controle da Ferrugem Asiática da Soja, no âmbito do Programa Fitossanitário da Soja, na Região Oeste da Bahia; a fiscalização do Programa Fitossanitário da Banana, nas Regiões do Baixo Sul e Oeste da Bahia, visando confirmar a ausência

da praga Sigatoka-negra, uma vez que nosso Estado ostenta o status de área livre; avanços significativos na habilitação de empresas com SIE - Serviço de Inspeção Estadual, consolidando o sistema e permitindo que essas empresas participem do comércio nacional de produtos de origem animal; o cumprimento das exigências estabelecidas pelo DIPOA, em respeito aos acordos internacionais, visando à prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida vulgarmente como Doença da Vaca Louca; o incremento na coleta de amostras para análises de resíduos no combate a fraudes econômicas, a exemplo da adição fraudulenta de água no frango congelado, pescado e leite, além do uso de substâncias proibidas no leite e derivados, a exemplo da água oxigenada e soro de leite; a classificação para garantir a qualidade vegetal de grãos como feijão, arroz, café, milho, soja, cacau, etc.; a fiscalização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, tanto na produção industrial interna, como também na aferição da qualidade dos produtos importados, a exemplo do vinho, conhaque, uísque, cachaça, aguardente, sucos, polpas de fruta e água de coco; a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e de sementes e mudas, tão importante para garantir a conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola; a fiscalização dos produtos para alimentação animal, visando assegurar a conformidade dos alimentos e matérias primas, minimizando os riscos para o criador atingir o desempenho esperado nos resultados da produção e produtividade; a grande importância da fiscalização exercida, nas atividades de exportação e importação dos produtos vegetais nos portos e aeroportos do Estado, fundamentada na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal; o acompanhamento de dois novos convênios firmados com a Associação dos Produtores de Cacau e a Associação Baiana dos Produtores de Café, em que o Ministério da Agricultura repassou os recursos necessários para o custeio da elaboração de novos requerimentos de IG, para o Cacau do Sul da Bahia e o Café do Oeste da Bahia; a participação nas discussões, com instituições do estado da Bahia, que redundaram na decisão de criação do Fórum Estadual de Indicação Geográfica; a participação, junto com outras instituições do Nordeste, na proposição de criação do Fórum Nordestino de IG e Marcas Coletivas; etc.

As perspectivas de crescimento da produção agropecuária brasileira são otimistas, no curto e longo prazo. A forte demanda interna e a conquista de novos mercados têm impulsionado de forma continuada o agronegócio. A tímida recuperação econômica de alguns dos parceiros tradicionais, o crescimento dos países emergentes, somados ao crescimento do poder de compra dos brasileiros e o conseqüente fortalecimento do mercado interno, permite vislumbrar uma forte demanda pelas ações finalísticas da SFA/BA. Por outro lado, o forte empenho no sentido da modernização, eficiência e funcionalidade praticado na Unidade, como aquisição de equipamentos para informatização, melhoria nas condições de trabalho, aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e controles, etc., podemos inferir que continuaremos a buscar resultados positivos para as nossas ações; minimizando os riscos para os produtores agropecuários, aumentando nossa segurança alimentar, melhorando os resultados de produção e produtividade do meio rural de forma sustentável e gerando emprego e renda para a sociedade brasileira.

Finalmente, com este relatório a SFA/BA pretende prestar contas, à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2013 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.

ELABORAÇÃO:

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento

COLABORAÇÃO:

- ❖ *Neide Marina Ribeiro Silva - Técnica de Planejamento*
- ❖ *Deilton Alencar Fernandes – Agente Administrativo*
- ❖ *Edvaldo Gonçalves dos Santos – Auxiliar Administrativo*